

LETÍCIA LOPES DE FREITAS

**O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO E DO
MATERIAL DIDÁTICO (PNLD) PARA A PRÉ-ESCOLA
NO ANO DE 2022: uma análise dos limites e problemas
para a educação infantil**



FRANCA – SP
2025

LETÍCIA LOPES DE FREITAS

**O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO E DO
MATERIAL DIDÁTICO (PNLD) PARA A PRÉ-ESCOLA
NO ANO DE 2022: uma análise dos limites e problemas
para a educação infantil**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, para obtenção do título de Mestra em Planejamento e Análise de Políticas Públicas.

Linha de pesquisa: Políticas, Gestão e Formação na Educação.

Orientador (a): Prof.^a Dra. Tatiana Noronha de Souza.

FRANCA – SP
2025

LETÍCIA LOPES DE FREITAS

O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO E DO MATERIAL DIDÁTICO (PNLD) PARA A PRÉ-ESCOLA NO ANO DE 2022: uma análise dos limites e problemas para a educação infantil

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, para obtenção do título de Mestra em Planejamento e Análise de Políticas Públicas.

Linha de pesquisa: Políticas, Gestão e Formação na Educação.

Orientador (a): Prof.^a Dra. Tatiana Noronha de Souza.

Data da defesa: 03/07/2025

Membros componentes da Banca Examinadora:

Presidente e Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Tatiana Noronha de Souza
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” campus Araraquara/SP

Membro Titular: Cinthia Magda Fernandes Ariosi
Programa de Pós-Graduação em Educação (UNESP – Presidente Prudente)

Membro Titular: Maévi Anabem Nono
Programa de Pós-Graduação em Ensino e Processos Formativos (UNESP – Rio Preto)

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
UNESP – Campus de Franca

F866p Freitas, Letícia Lopes de

O programa nacional do livro e do material didático (PNLD) para a pré-escola no ano de 2022: uma análise dos limites e problemas para a educação infantil / Letícia Lopes de Freitas. -- Franca, 2025

73 f. : tabs.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca

Orientadora: Tatiana Noronha de Souza

1. Educação Infantil. 2. Livro Didático. 3. Pré-escola. 4. Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). I. Título.

Impacto potencial desta pesquisa

A pesquisa intitulada *“Os livros didáticos do PNLD para a pré-escola no ano de 2022”*, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas da UNESP/Franca, possui impacto científico e social, ao trazer uma análise crítica e fundamentada da implementação do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) na Educação Infantil. Destaca-se a importância desta investigação pois 2022 marcou o primeiro ano de implementação do PNLD voltado à Educação Infantil. Este fato torna a pesquisa oportuna e necessária, pois examina uma política pública ainda recente, cujos efeitos ainda estão em fase inicial. A análise neste momento permite refletir e intervir em possíveis equívocos do que é proposto pelo Programa, contribuindo para que intervenções sejam feitas na defesa de uma educação infantil coerente com as legislações vigentes. Além disso, durante o desenvolvimento da pesquisa, ficou evidente a escassez de pesquisas e publicações acadêmicas que abordem de forma específica o PNLD na Educação Infantil, o que reforça seu potencial ao preencher uma lacuna existente na literatura e abrir caminhos para futuras investigações sobre o tema. Por fim, a produção de um relatório circunstanciado com os dados da pesquisa, entregue à Secretaria Municipal de Educação aos responsáveis pela Educação Infantil na região administrativa de Franca – SP, configura uma ação direta de devolutiva à sociedade, ampliando o alcance da pesquisa. Portanto, o impacto esperado desta pesquisa inclui: promover a reflexão de gestores e educadores sobre os limites e problemas dos materiais didáticos atuais para a pré-escola, fornecer subsídios para a formulação e revisão de políticas públicas educacionais mais coerentes com os direitos e especificidades da infância e fomentar o debate público sobre o papel dos livros didáticos na Educação Infantil.

Potential impact of this research

The research titled *“The PNLD Textbooks for Preschool in the Year 2022”*, developed within the Graduate Program in Planning and Analysis of Public Policies at UNESP/Franca, holds both scientific and social impact by providing a critical and well-grounded analysis of the implementation of the National Textbook and Teaching Material Program (PNLD) in Early Childhood Education. The importance of this

investigation is underscored by the fact that 2022 marked the first year of PNLD implementation specifically aimed at Early Childhood Education. This makes the research both timely and necessary, as it examines a newly introduced public policy whose effects are still in their early stages. Analyzing it at this point allows for reflection and intervention in potential shortcomings of the Program, contributing to the defense of an early childhood education aligned with current legislation. Furthermore, during the development of the study, a clear lack of academic research and publications specifically addressing the PNLD in Early Childhood Education became evident. This highlights the relevance of the study, as it fills a gap in the existing literature and paves the way for future investigations on the subject. Lastly, the preparation of a detailed report based on the research findings, delivered to the Municipal Department of Education and the officials responsible for Early Childhood Education in the administrative region of Franca – SP, represents a direct action of giving back to society, thereby extending the reach of the study. Therefore, the expected impact of this research includes: promoting reflection among policymakers and educators regarding the limitations and challenges of the current preschool textbooks; providing input for the formulation and revision of educational public policies more consistent with the rights and specific needs of early childhood; and fostering public debate on the role of textbooks in Early Childhood Education.

Ao Eterno.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Altamiro F. de Freitas e Maria Isabel L. de Freitas, por me mostrarem o mundo e, por ultrapassarem tantas barreiras impostas pela vida e terem feito sempre o melhor que podiam com elas. Ao meu irmão Danilo F. de Freitas, pela disposição em me ajudar sempre, sem medir esforços.

Agradeço às mulheres que foram fundamentais em minha trajetória na educação e na vida: Luciana F. Leme, a professora que enxergou em mim algo que eu não via e fez despertar o desejo de ir além. À Ângela Camellussi, que me conduziu para não recuar diante desses desejos. À Cláudia Remonti, por me impulsionar e me ensinar que, como disse Nise da Silveira, “a indignação é fundamental para a transformação”. À Natália Vieira por sua disposição contínua em servir ao próximo e me auxiliar no projeto de pesquisa, enquanto tudo ainda era um sonho. À Prof^a Dra. Tatiana Noronha de Souza, por todos os direcionamentos e palavras de incentivo sempre colocados de forma tão humana e respeitosa. À Maressa Andrade e Thaís Chiocca por se alegrarem comigo diante de cada conquista.

A cada criança que já me ensinou cotidianamente sobre a beleza do mundo e a cada uma que ainda fará parte disso.

Ao Eterno que me amou desde o princípio da criação e se mostra presente dia após dia.

“Que a gente possa encher nossas crianças de amor: mas não o suficiente para acabar com o espaço vazio, para que elas possam fazer o que quiserem com ele. Sem vazio, sem tédio, sem excesso de ideais metidos goela abaixo, não há espaço para a criatividade. E sem criatividade é mais difícil de viver dignamente. Que a gente possa aprender sobre criatividade com as crianças. Que a gente se deixe ensinar por elas sobre a beleza da vida e sobre aquilo que mais importa, que nunca é tanta coisa assim – e justamente por isso são coisas tão imensas (amor, brincar, amor, brincar).”

Ana Suy

RESUMO: O uso do livro didático na Educação Infantil permeia importantes discussões que envolvem essa etapa da Educação Básica. Pesquisas sobre as singularidades da primeira infância e as propostas de ensino trazidas nos livros didáticos continuam sendo necessárias no cenário atual, tendo em vista a ação recente do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), uma política de âmbito nacional que implementou o uso desse material nas escolas públicas. Diante disso, esta pesquisa, desenvolvida no Programa de Planejamento e Análise de Políticas Públicas da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNESP campus de Franca, investigou se as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil são contempladas nas obras didáticas aprovadas pelo PNLD para a pré-escola no ano de 2022 e teve como objetivos 1) Investigar o PNLD enquanto política pública e sua inserção na Educação Infantil; 2) Analisar as obras didáticas disponibilizadas para a Pré-escola em 2022; 3) Analisar a obra pedagógica - Guia Orientativo para uso dos professores. Por meio de um estudo de natureza qualitativa, com base em pesquisa bibliográfica e análise documental, buscou-se compreender se os materiais didáticos e pedagógicos disponibilizados pelo PNLD estão em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e autores que fundamentam os estudos sobre a Educação Infantil no país. Os resultados das análises evidenciaram que os materiais priorizam o desenvolvimento da literacia e numeracia com foco na antecipação da alfabetização, seguindo os princípios da Política Nacional de Alfabetização (PNA), em desacordo com as DCNEIs e a BNCC ao anteciparem conteúdos próprios do Ensino Fundamental. As atividades propostas revelaram práticas pedagógicas baseadas na repetição e memorização, desconsiderando aspectos essenciais como o brincar, as interações e a criatividade. O material apresenta dissonâncias frente às orientações legais e teóricas que fundamentam o trabalho pedagógico com crianças pequenas, apontando para uma concepção de linguagem utilitarista e produtivista. Concluiu-se, portanto, que há uma incoerência entre o que é proposto pelos materiais do PNLD e o que prevê as principais normativas nacionais para a primeira infância. Como produto deste trabalho foi produzido um relatório circunstanciado com os principais dados da pesquisa, a ser entregue à Secretaria Municipal de Educação aos responsáveis pela Educação Infantil na região administrativa de Franca – SP.

Palavras-chave: Educação Infantil. Livro Didático. Pré-escola. Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD).

ABSTRACT: The use of textbooks in Early Childhood Education raises important discussions concerning this stage of Basic Education. Research on the specificities of early childhood and the teaching approaches presented in textbooks remains necessary in the current context, considering the recent implementation of the National Textbook and Teaching Material Program (PNLD), a national public policy that introduced these materials into public schools. In this context, this study, developed within the Graduate Program in Planning and Analysis of Public Policies at the Faculty of Human and Social Sciences of UNESP, Franca campus, investigated whether the National Curriculum Guidelines for Early Childhood Education are addressed in the textbooks approved by the PNLD for preschool in 2022. The objectives were: (1) to investigate the PNLD as a public policy and its inclusion in Early Childhood Education; (2) to analyze the textbooks made available for preschool in 2022; and (3) to analyze the pedagogical guidebook intended for teachers. Through a qualitative study based on bibliographic research and document analysis, the study aimed to understand whether the didactic and pedagogical materials provided by the PNLD align with the National Curriculum Guidelines for Early Childhood Education (DCNEI), the National Common Core Curriculum (BNCC), and with authors who support Early Childhood Education studies in Brazil. The analysis revealed that the materials prioritize literacy and numeracy development, with a focus on early reading and writing acquisition, aligned with the National Literacy Policy (PNA), which contradicts the DCNEI and the BNCC by introducing content appropriate for elementary school. The proposed activities reflect pedagogical practices centered on repetition and memorization, disregarding essential aspects such as play, interaction, and creativity. The material shows discrepancies when compared to the legal and theoretical guidelines that underpin pedagogical work with young children, indicating a utilitarian and productivity-oriented view of language. Therefore, the study concludes that there is an inconsistency between what is proposed by the PNLD materials and what is established by the main national regulations for early childhood. As a product of this research, a detailed report was prepared with the main findings, to be submitted to the Municipal Department of Education and those responsible for Early Childhood Education in the administrative region of Franca – SP.

Keywords: Early Childhood Education. Textbook. Preschool. National Textbook and Teaching Material Program (PNLD).

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Mapa das distribuições dos conteúdos – Volumes I e II.

Quadro 2: Organização das Unidades e Capítulos – Volume I (4 anos).

Quadro 3: Organização das Unidades e Capítulos – Volume II (5 anos).

Quadro 4: Capítulos do Guia Orientativo – Preparação para Alfabetização.

Quadro 5: Literacia. Aulas e Avaliação do Guia Orientativo – Preparação para a alfabetização.

Quadro 6: Numeracia. Aulas e Avaliação do Guia Orientativo – Preparação para a alfabetização.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Dados estatísticos sobre a distribuição de livros didáticos do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) no ano de 2024.

Figura 2: Títulos das Unidades no Volume I – Obras didáticas.

Figura 3: Títulos das Unidades no Volume II – Obras didáticas.

Figura 4: Ícones do cabeçalho - Campos de experiências.

Figura 5: Frequência das atividades de numeracia na rotina da Educação Infantil.

Figura 6: Frequência das atividades de literacia na rotina da Educação Infantil.

Figura 7: Traçado das letras e numerais – Atividades pedagógicas preparatórias.

Figura 8: Uso adequado do lápis – Atividades pedagógicas preparatórias.

Figura 9: Sugestão de Planilha para Monitoramento do desempenho das crianças de 4 e 5 anos em Literacia e Numeracia.

Figura 10: Orientações para preenchimento da planilha – Habilidades de Literacia.

Figura 11: Orientações para preenchimento da planilha – Habilidades de Numeracia.

Figura 12: Atividade “Letra A” (Unidade 1 – Conhecer-se; Volume I).

Figura 13: Atividade “A escola” (Unidade 2 – Conviver; Volume I).

Figura 14: Atividade “Os indiozinhos” (Unidade 3 – Expressar; Volume I).

Figura 15: Atividade “Palavra em pedaços” (Unidade 1 – Conhecer-se; Volume II).

Figura 16: Atividade “Números e numerais ” (Unidade 3 – Expressar; Volume II).

Figura 17: Atividade “Autoavaliação” (Unidade 6 – Explorar; Volume II).

Figura 18: Obra pedagógica: Guia Orientativo – Preparação para Alfabetização.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. O LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL E SEUS ASPECTOS IDEOLÓGICOS	13
1. 2 O uso do livro didático na Educação Infantil e a antecipação da alfabetização	17
2. CAMINHOS METODOLÓGICOS	22
2. 1 Instrumentos/Estratégias para coleta de dados	24
2.2 Análise de Dados	24
3. OBRAS DIDÁTICAS DO PNLD E AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL	25
3.1 Características das obras didáticas adotadas pelo município	26
3.2 A obra pedagógica – Guia Orientativo para os professores	45
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS	60
Apêndice 1 Síntese da análise de livros didáticos distribuídos para pré-escola em 2022, pelo Programa Nacional do Livro didático – PNLD	64

INTRODUÇÃO

O livro didático é um instrumento amplamente utilizado no contexto educacional e está presente há mais de oitenta anos nas escolas brasileiras. No entanto, foi apenas com a criação do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) no ano de 1985, que ocorreu o processo de democratização e a ampliação de sua distribuição, como uma política educacional (Copatti; Andreis; Zuanazzi, 2021). A importância deste recurso pode ser constatada nas políticas governamentais, que situam o Brasil como país que possui um dos maiores programas de distribuição de livros através do PNLD (Teixeira, 2011). São nas escolas de educação básica pública que esses materiais estão presentes de forma direta, visto que, segundo o Censo Escolar de 2020, as matrículas na rede municipal correspondem a 48,4% sendo esse o público a quem a política atende em sua maioria, e por isso a importância de considerarmos essa política pertinente ao processo de democratização do acesso ao livro didático (Copatti; Andreis; Zuanazzi, 2021).

Embora o programa desempenhe um papel fundamental nesse percurso para a democratização do acesso, esse instrumento tornou-se, na maioria das vezes, o único recurso que o professor tem disponível, acentuando uma dependência desse material (Callai, 2012). Essa problemática, que antes já era pensada e discutida no Ensino Fundamental, estende-se agora para a Educação Infantil desde que essa etapa foi implementada ao programa em 2022. Para início da investigação sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) e sua inserção na Educação Infantil, faz-se necessário em primeiro momento, o entendimento do histórico desse programa e as principais reformulações instituídas.

O programa apresenta essa nova nomenclatura desde o Decreto de nº 9.099 de 18 de julho de 2017, que uniu as ações voltadas à distribuição de livros didáticos e literários, que antes eram realizadas pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) e pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). A partir desse decreto, as ações de aquisição e distribuição passaram a ser executadas por um único programa, chamado agora de Programa Nacional do Livro e do Material Didático. É com base nessa nova terminologia que partirá essa pesquisa, buscando concretizá-la na forma atual. A operacionalização do programa é de responsabilidade do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que

já contemplava outras etapas da educação básica e no ano letivo de 2022, inseriu também a Educação Infantil.

Além dos livros didáticos recebidos nas escolas municipais que aderiram ao programa, um Guia de Preparação para Alfabetização foi disponibilizado para os professores, abordando conceitos e modelos de práticas para direcionar a utilização desse material. De acordo o Guia Digital do PNLD (2022), a edição voltada para a educação infantil iniciada em 2022, inseriu pela primeira vez parâmetros específicos com o objetivo de desenvolver aspectos quanto à preparação para a alfabetização, ao raciocínio matemático e à futura inserção no ensino fundamental. Esses parâmetros foram elaborados com base em fundamentos pedagógicos que seguiram as diretrizes da BNCC e também da Política Nacional de Alfabetização (PNA) (Brasil, 2021).

Embora afirme estar em consonância com as legislações vigentes, a temática abordada com a preparação para a alfabetização, pode apresentar uma possível ambivalência em relação ao que é apresentado em diversas normativas, dentre elas, na Resolução CNE nº 05/2009:

Art. 11º – Na transição para o Ensino Fundamental a proposta pedagógica deve prever formas para garantir a continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, respeitando as especificidades etárias, sem antecipação de conteúdos que serão trabalhados no Ensino Fundamental (Resolução CNE/CEB Nº 5/2009, p. 5).

É partindo dessa reflexão que o conteúdo abordado por essa pesquisa torna-se fundamental, na busca de refletir a fundo sobre possíveis dissonâncias observadas em relação ao conteúdo das obras didáticas do PNLD, e as normativas vigentes, em seu primeiro ano de implantação para a Educação Infantil.

Para além do tema sobre a antecipação dos conteúdos do Ensino Fundamental, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), em 2010, estabeleceu que os saberes devem articular experiências que envolvam o “patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade” (Brasil, 2010, p. 12). O Movimento Interfóruns de Educação Infantil no Brasil (MIEIB) em uma carta aberta publicada em agosto de 2021, registra que os livros didáticos colocados à disposição dos municípios para escolha trazem em seu conteúdo conceitos exclusivos de numeracia e literacia, excluindo os demais conhecimentos que devem fazer parte do currículo. A concepção de currículo para a Educação

Infantil, trazido pelo Currículo Paulista (2019) enfatiza a importância de considerar as singularidades e interesses próprios de cada criança no momento da elaboração curricular. Segundo o documento, é essencial que a Educação Infantil proporcione vivências significativas e prazerosas, permitindo que as crianças se expressem, explorem o mundo e atuem de forma ativa em seu ambiente, considerando as diversas potencialidades das crianças.

Nesse sentido, é imprescindível que possamos investigar se as singularidades das crianças pequenas, de extrema importância para sua formação enquanto indivíduo, estão sendo respeitadas com o conteúdo desse material. E, ainda, se as experiências propostas nas obras didáticas contemplam as especificidades, potencialidades e protagonismo dessas crianças, na medida em que são direitos garantidos pelas normativas para a Educação Infantil e podem estar em discrepância ao conteúdo do material a ser investigado. Por isso, torna-se necessária a análise das obras didáticas do PNLD em relação aos marcos regulatórios para a Educação Infantil. Para esta pesquisa, a principal normativa adotada para a análise foram as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI), perpassando também por outras normativas como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Esses documentos servirão como referência para a análise documental, realizada no Capítulo 4.

Partindo do que foi exposto e das considerações feitas, foi realizado um levantamento bibliográfico com os principais temas contidos na pesquisa. A primeira base de dados utilizada foi a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Ao utilizar os termos “Pré-escola” e “Programa Nacional do Livro e do Material Didático”, foram encontrados apenas 04 (quatro) trabalhos de dissertações e nenhum deles contemplou a etapa da pré-escola. A primeira dissertação apresentava temas voltados à biologia e os demais trabalhos abordaram o Ensino Fundamental e o uso de Tecnologias da Informação (TICS) no Ensino Superior, mostrando-se inadequados em relação à temática utilizada para a busca.

Mantendo-se o primeiro termo (Pré-escola) e trocando a nomenclatura do programa, utilizando sua forma antiga: “Programa Nacional do Livro Didático”, obteve-se 14 (quatorze) resultados. Dentre esses, 02 (duas) dissertações apresentaram títulos mais próximos ao tema, e foram selecionadas para a leitura de seus resumos.

Apesar da alteração da palavra para descrever o programa em sua forma antiga ter apresentado uma quantidade maior de resultados, os trabalhos ainda não apresentaram a adequação desejável em relação ao tema de pesquisa. Em sua maioria foram apresentadas outras etapas de ensino, como ensino fundamental e ensino médio, e temáticas como a formação de professores. O único que abordava a Educação Infantil voltava-se de forma específica para o ensino de ciências.

Na tentativa de abranger ainda mais os temas e encontrar um número maior de trabalhos, um terceiro cruzamento foi realizado utilizando “Educação Infantil” e “Programa Nacional do Livro Didático”. O número encontrado aumentou consideravelmente, passando para 114 (cento e quatorze). No entanto, alguns resultados já haviam aparecido em cruzamentos anteriores e, ainda assim, mostram-se inadequados quanto ao tema, sendo selecionados 02 (dois) para leitura. O primeiro, intitulado como “Programa nacional de livro didático (PNLD): mudanças nos livros de alfabetização e os usos que os professores fazem desse recurso em sala de aula (Albuquerque; Ferreira, 2018) e o segundo “Notas para discussão quanto à implementação de programas de governo: em foco o Programa Nacional do Livro Didático” (Höfling, 2020).

Continuando o levantamento, agora através do Scientific Electronic Library Online (SciELO) e utilizando as mesmas palavras-chaves, os resultados obtidos foram ainda mais baixos e fora do tema desta pesquisa. Em suma, observa-se que para que sejam obtidos uma quantidade maior de resultados é necessário fazer uso da nomenclatura antiga do programa, apesar de sua alteração ter ocorrido desde o ano de 2017, a partir do decreto Decreto nº 9.099 já citado anteriormente. Apenas em 03 (três) dissertações encontram-se o uso correto para se referir ao programa, deixando evidente a defasagem das pesquisas na área e a escassez de trabalhos com a sigla atualizada.

O primeiro estudo selecionado para leitura, “O ensino de ciências na pré-escola a partir da literatura infantil: uma proposta de sequência didática” (Rabe, 2012), apresentou como objetivo a análise de atividades que contemplavam a utilização de livros infantis na pré-escola. A partir de pesquisa qualitativa especificamente para o ensino de Ciências, foi feita uma seleção do acervo de uma escola pública de Educação Infantil no município de Castro – PR. A pesquisa apresentou como resultado a realização de experiências científicas que foram levadas à prática experimental nas salas de aula (Rabe, 2012). Após a leitura da

dissertação, constatamos que a temática abordada por ela contemplava discussões como o uso de sequências didáticas e material literário, tendo como conteúdo aspectos que não contribuem com o que estamos buscando entender com esta pesquisa.

A próxima pesquisa selecionada, intitulada *O ser criança na educação infantil: o desvelar do discurso docente*, teve como objetivo investigar como os professores da primeira infância entendem o “ser criança” e como devem ser suas ações no contexto educacional. Apresentou como método um estudo qualitativo, de cunho exploratório e descritivo, apoiando-se na abordagem fenomenológica. Concluiu-se, dentre outros resultados, que as professoras público-alvo da pesquisa enxergam a Educação Infantil pela lógica da escolarização, centrada no adulto ao invés da criança, e no preparo para o Ensino Fundamental, comprometendo momentos de brincar (Reis, 2016). Essa discussão se faz pertinente para esta pesquisa e será aprofundada nas seções que serão apresentadas posteriormente.

O terceiro estudo escolhido, ainda utilizando o SciELO, foi elaborado por Rodrigues (2021), que realizou uma análise detalhada das fases do PNLD, desde a escolha e avaliação dos materiais até sua implementação, investigando como os diversos agentes se envolvem nesse processo. A pesquisa, de natureza quantitativa e qualitativa, também se baseou em fontes como legislações e dados de órgãos públicos. Entre os achados, destacou-se a carência de informações sobre monitoramento e avaliação, além da participação limitada das redes de ensino na formulação da política. Esses dados foram relevantes para esta pesquisa, contribuindo para um melhor entendimento sobre o funcionamento do Programa.

É importante registrar que nos Capítulos 2 e 3, nas seções que discutiram o uso do livro didático na Educação Infantil e a antecipação da alfabetização, bem como na análise dos materiais didáticos e pedagógicos, serão apresentados outros estudos a respeito do tema, que foram retirados das referências desses estudos levantados e outros que foram selecionados no momento da escrita do projeto.

Assim, a partir dos levantamentos realizados nos bancos de dados e das problemáticas abordadas, pretende-se a partir dessa pesquisa compreender se “O Programa Nacional do Livro e do Material didático (PNLD) e os materiais didáticos por ele disponibilizados, atendem ao que está disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil”.

Com base nas questões levantadas chegamos a um objetivo geral que será investigar se as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil são atendidas nas obras didáticas aprovadas pelo PNLD para a pré-escola no ano de 2022. Para tanto, temos como objetivos específicos 1) Investigar o PNLD enquanto política pública e sua inserção na Educação Infantil; 2) Analisar as obras didáticas disponibilizadas para a Pré-escola em 2022; 3) Analisar a obra pedagógica – Guia Orientativo para uso dos professores, buscando entender quais conteúdos foram privilegiados nesses materiais; 4) Produção de um relatório circunstanciado sobre os livros didáticos analisados, voltado para gestores municipais da região administrativa de Franca – SP.

A organização deste trabalho foi feita em quatro seções, sendo a primeira delas a presente introdução. Na segunda seção, intitulada *O livro didático no Brasil e seus aspectos ideológicos*, apresentamos por meio de estudo bibliográfico o grande peso e a hipervalorização do uso desse material no país e como isso está atrelado a questões ideológicas que influenciam diretamente em aspectos educacionais. Ainda nessa seção, abordamos o uso do livro didático na Educação Infantil e a antecipação da alfabetização, discutindo sobre o uso desse material à luz da literatura, agora especificamente para essa etapa de ensino e suas implicações, pois todas as problemáticas que antes já existiam, se faz presente também ao pensarmos a educação na primeira infância, desde sua inserção ao programa.

Na terceira seção, apresentamos o percurso metodológico que foi desenvolvido nesta pesquisa, que tem como objetivo analisar os materiais didáticos disponibilizados pelo PNLD para a pré-escola em 2022. Na quarta e última seção, realizamos a análise qualitativa do material didático utilizado para a Educação Infantil e do Guia Orientativo disponibilizado para os professores. A análise desses materiais teve como referencial as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em confronto com esses documentos e diferentes autores que tratam sobre o assunto.

1. O LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL E SEUS ASPECTOS IDEOLÓGICOS

Esta segunda seção tem como objetivo apresentar o uso acentuado do livro didático no país, e a ampla distribuição desse material pelo do programa, na maior parte das escolas brasileiras. Para tanto, iniciaremos mostrando os dados sobre essa distribuição e posteriormente apresentaremos reflexões de autores que tratam das implicações ideológicas e ideais presentes no livro didático no Brasil, uma vez que esse material é amplamente utilizado pelos estudantes e professores no país.

Os dados do último ano divulgados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em 2024, mostram que os livros didáticos foram distribuídos para mais de 31 milhões de alunos.

Figura 1. Dados estatísticos sobre a distribuição de livros didáticos do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) no ano de 2024.

Etapa de Ensino	Escolas Beneficiadas	Alunos Beneficiados	Total de Exemplares	Valor de Aquisição
Educação Infantil	45.861	3.270.926	2.503.416	R\$ 52.834.411,43
Ensino Fundamental - anos iniciais	80.327	11.492.793	105.745.735	R\$ 950.812.572,89
Ensino Fundamental - anos finais	46.385	9.797.076	73.779.225	R\$ 921.322.110,85
Ensino Médio	19.523	6.572.052	12.578.995	R\$ 209.416.583,66
TOTAL		31.132.847	194.607.371	R\$ 2.134.385.678,83

Fonte: FNDE/PNLD – Dados Estatísticos 2024.

Segundo o Fundo, foram adquiridos livros e materiais didáticos destinados a diferentes etapas da educação básica, incluindo a reposição para a Educação Infantil (PNLD 2022) e a renovação dos recursos para os anos iniciais do Ensino Fundamental (PNLD 2023), além do fornecimento de materiais para os Anos Finais e o Ensino Médio, atendendo a estudantes e professores em todo o país. Conforme já apresentado no início da seção anterior, o uso desse recurso não é recente, estando presente há mais de oitenta anos na educação brasileira.

É justamente por essa ampla utilização no contexto brasileiro que consideramos a importância de pensarmos a respeito dessa temática, de modo a

ampliar as discussões e entender as implicações políticas de algo tão presente no cotidiano da prática escolar. O livro didático é um elemento que se torna um instrumento de poder político, enquanto formador de opinião, carregado de saberes que se deseja ou não evidenciar, de histórias que escolheram ser ocultadas ou discutidas, como um material carregado de significados e, conseqüentemente, político e ideológico.

Faria (1996) em seu livro "A ideologia no Livro Didático" alega que o livro didático é uma manifestação da ideologia da classe dominante, e que é através dele que essa ideologia burguesa irá reproduzir e manter a realidade a partir de sua utilização. Assim, o livro didático torna-se um "veículo de transmissão da ideologia dominante" (Faria, 1996, p. 76). É por meio desses materiais, que a ideologia burguesa mantém a realidade e a reproduz sem haver possibilidades para superação, já que toda a aprendizagem é realizada sem criticidade. O livro didático não é, então, desligado da realidade, pelo contrário, ele cumpre a função de reproduzir ideologias existentes e expressa valores universais de interesses específicos. Essa problemática é ainda mais ampliada quando entendemos que, além de todo esse poder ideológico presente nos livros didáticos, há no Brasil uma enorme valorização e dependência do uso desse objeto.

Silva (2012) discute a supervalorização deste instrumento didático-pedagógico em nossa cultura escolar e sua fetichização, no sentido de que o livro didático tornou-se um objeto a ser cultuado.

A utilização do termo "fetichizada" que o autor utiliza remete ao conceito de *fetichismo da mercadoria*, desenvolvido por Karl Marx (2011). Segundo essa perspectiva, o fetichismo consiste na atribuição de um valor aparente aos objetos, ocultando as relações sociais e históricas que os produziram.

Nesse sentido, ao afirmar que o livro didático foi "propagado em massa, de forma fetichizada por todo o país", o autor faz uma crítica ao modo como esse material foi historicamente inserido e consolidado no sistema educacional brasileiro. Desde sua introdução no Brasil imperial, sob forte influência europeia, o livro didático passou a ocupar uma posição central na organização do ensino, sendo amplamente difundido sem o devido questionamento quanto à seleção de conteúdos, sobre suas narrativas e os valores culturais veiculados nele.

Assim, o uso do termo "fetichizada" sugere que o livro didático, ao longo do tempo, foi revestido de uma aparência de neutralidade, ocultando seu papel como

instrumento político e ideológico. Isso impede que se reconheçam as disputas de poder e os interesses sociais que envolvem sua produção, seleção e circulação.

Dessa forma, a crítica de Silva (2012) aponta para a necessidade de desnaturalizar o livro didático, compreendendo-o como um material carregado de significados, que influencia diretamente a formação dos sujeitos e a construção de visões de mundo no ambiente escolar. Apesar de a qualidade dos livros didáticos já ser alvo de grandes discussões, a sua permanência no cenário educacional parece não sofrer grandes questionamentos. O autor aponta que além de ser algo consagrado, ele é o principal recurso e instrumento utilizado em sala de aula. Segundo o autor, ao olharmos o percurso histórico é possível entendermos essa hipervalorização.

Desde sua origem na Grécia Antiga, quando Platão propôs a criação de uma compilação de obras de leitura destacando o melhor de sua época, o livro didático tem mantido sua presença constante nas instituições formais de ensino em diversas sociedades, conforme atestado pela História da Educação. No contexto brasileiro a introdução mais organizada do livro didático no ensino tem origem no período imperial. Inspirado pelos ideais do liberalismo francês, o Colégio Pedro II foi fundado no Rio de Janeiro na década de 30 do século XIX e atendia exclusivamente às classes economicamente privilegiadas, cujas referências de educação e cultura se voltavam para a Europa. Para atender aos objetivos educacionais da elite buscou-se, na França, a produção didática disponível, importando manuais didáticos em francês ou traduzidos para o português (Silva, 2012).

Foi a partir de 1930, no governo de Getúlio Vargas, que os livros didáticos começaram a ser produzidos por autores brasileiros em larga escala e, pouco tempo depois, alvo de controle político-ideológico. Silva (2012) explica que, durante o regime do Estado Novo, o governo de Getúlio Vargas instituiu medidas autoritárias para manter o controle social e político, incluindo a censura e o fechamento de instituições democráticas. Nesse contexto, a criação da Comissão Nacional do Livro Didático, subordinada ao Ministério da Educação, visava centralizar e supervisionar ideologicamente a produção e a circulação dos livros didáticos no país.

Vemos, então, que o livro didático desde sua gênese tem um forte papel político e ideológico. Desde sua introdução no Brasil imperial, sob influência européia e sua propagação em massa, de forma fetichizada por todo país, e seu

controle como mecanismo de censura no período ditatorial brasileiro (Silva, 2012), mantém-se nos dias atuais, reproduzindo ideologias (Faria, 1996).

Enquanto objeto de instrumento político, “os livros didáticos foram utilizados em diferentes momentos da história do Brasil como instrumentos de reprodução ideológica das classes dominantes” (Zacheu; Castro, 2015, p. 2), o que torna o livro didático um dos mecanismos para um projeto de educação que visa manter as estruturas, seguindo a lógica burguesa. Nesse sentido, “é a educação burguesa que domina e tem o papel de conservar a realidade para garantir sua dominação” (Faria, 1996, p. 8).

Outras questões também contribuem para a manutenção dessas estruturas, como as deficiências na formação dos professores e as condições precárias de trabalho, que irão culminar no “uso massivo e pouco crítico do livro didático em sala de aula” (Silva, 2012, p. 807). A necessidade do professor em ter o apoio neste instrumento, impede que questões mais profundas sejam questionadas e discutidas devido a essa dependência. Por isso, as discussões ainda mantêm-se no campo apenas da qualidade desse material, encobrendo problemáticas mais aprofundadas e pouco discutidas, como seu papel político. Segundo o autor, o livro didático pode ser um facilitador no processo educacional, mas é por conter conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade que “ele é utilizado por forças políticas e econômicas como uma ferramenta de poder ideológico” (Zacheu; Castro, 2015, p. 10).

Faria (1996) nos diz que o livro didático é um mal necessário, pois facilita o trabalho do professor que tem suas condições de trabalho precarizadas. Também aponta a importância do professor conhecer o conteúdo do livro didático e suas contradições, para que possa usá-lo de uma forma diferente, de um modo crítico. Segundo ela, na medida em que o educador reflete sobre o conteúdo que é trazido por esse material, este se torna um campo de atuação para ele.

Embora Silva (2012) e Faria (1996) defendam que o livro possa ser um facilitador no processo educacional, entendemos que as lacunas deixadas durante a formação dos educadores contribui, dentre outras questões, para a dificuldade desse profissional em fazer uso desse material de forma crítica e reflexiva, sendo incapaz de perceber as contradições trazidas em seus conteúdos, como resultado dessa formação deficitária e precária. Portanto, o professor possivelmente utilizará

desse instrumento não como facilitador, mas apenas como um reprodutor passivo das práticas contidas nele.

1.2 O uso do livro didático na Educação Infantil e a antecipação da alfabetização

Como visto, há tempos o livro didático é amplamente utilizado no contexto educacional brasileiro, por meio do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). No entanto, é preciso um olhar atento quanto ao uso desses materiais para a etapa da Educação Infantil, principalmente após a sua inserção no Programa no ano de 2022, que disponibilizou aos municípios pela primeira vez, materiais didáticos para essa faixa etária.

O uso de materiais didáticos na primeira infância, por si só, já é uma problemática que gera diversas discussões. Um estudo qualitativo sobre a utilização de livros didáticos na Educação Infantil, realizado em escolas da rede municipal de Ubá – MG, teve como objetivo investigar através de entrevistas semiestruturadas realizadas com os professores e de estudo de caso, os desafios para a utilização do material. Concluiu-se com o estudo que, a maior parte dos professores participantes da pesquisa possuem dificuldades em administrar o tempo de aplicação do material, que influencia na diminuição do tempo destinado para as brincadeiras. Além disso, constatou-se que o livro didático em uso não contemplava as habilidades necessárias para essa etapa de ensino (Paula, 2020).

Em um outro estudo intitulado “O Livro Didático na Educação Infantil: um olhar sobre os limites e as possibilidades na prática pedagógica em escola da Rede Municipal de Ensino de Recife”, objetivou-se compreender como as ações da prefeitura dessa localidade e a unidade escolar inseriram esse material para os docentes, com foco em entender aspectos de sua adesão. Foram utilizadas para a pesquisa, entrevista semiestruturada e questionário com o gestor e educadores. Os resultados revelaram que a maior parte dos docentes têm o livro didático apenas como um recurso de apoio, enquanto alguns profissionais se mostraram totalmente contrários ao seu uso. A pesquisa também identificou que “a grande maioria das professoras expressam as lacunas existentes na formação inicial para o trabalho na Educação Infantil e lamentam o fato da PCR¹ não tê-los convocados para participar

¹ Prefeitura da Cidade de Recife.

da escolha do LD” (Neta; Costa; Araújo, 2014, p. 21). Para os sujeitos dessa pesquisa, o trabalho com projetos se mostra mais adequado na primeira infância.

Para além dessas problemáticas envolvidas, Boito, Barbosa e Gobbato (2016) discutem os modos de ser docente na Educação Infantil, a partir de uma pesquisa com abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de análise de conteúdo (Bardin, 2009) de uma coleção de livros didáticos, buscando entender quais os papéis do professor é trazido pelos ideais desses materiais. Os resultados centraram-se em dois focos principais: a centralidade na ação do adulto e a cultura escolar sendo predominante em detrimento das culturas das crianças e das infâncias. No artigo, foi evidenciado a centralidade do trabalho na ação do adulto como detentor do conhecimento apenas como um prescritor de atividades, onde os sujeitos envolvidos (crianças e professores) não têm protagonismo no ato educativo.

Segundo as autoras, o modelo de livro didático analisado desconsidera a autonomia criativa tanto dos professores quanto das crianças, deixando em segundo plano aspectos essenciais da infância, como o brincar, a arte e as expressões culturais infantis. Essa organização antecipa práticas escolares formais e limita a atuação docente, reforçando uma abordagem conteudista e pouco centrada nas especificidades da Educação Infantil (Boito; Barbosa; Gobbato, 2016).

Ainda sobre as repercussões sobre o livro didático para as crianças na Educação Infantil, em um estudo realizado por Barbosa, Albuquerque e Fochi (2013), que trata do conceito de linguagem na educação da infância, os autores discutem aspectos relacionados à grande necessidade de superarmos a visão adultocêntrica e didatizadora que são colocadas para as crianças. Além disso, apontam que, em sua maioria, as práticas propostas pelos materiais didáticos são muito semelhantes ao que é pensado para o Ensino Fundamental. Defendem, ainda, que tais práticas levam em conta vivências dos adultos e deixam esquecidas demais linguagens como aquelas que são expressadas pela gestualidade, pela brincadeira e pelo corpo. Os autores destacam em seus estudos que as interações entre crianças pequenas, sendo livres da pressão por resultados, criam oportunidades para que elas utilizem as linguagens já conhecidas e descubram novas formas de se expressar e interagir. Para os autores, a linguagem não deve ser vista como um instrumento técnico e utilitarista, mas como um meio de criação e construção coletiva de sentido no cotidiano escolar.

Moura (2013) em um estudo a partir de uma análise crítica pautada na

Pedagogia da Infância, realizou um mapeamento de vídeos e artigos que tratam dessa temática, onde os dados obtidos apontaram que esse tipo de material não é adequado aos sujeitos da primeira infância. A autora defende que os direitos das crianças pequenas devem ser garantidos, apontando que o trabalho não deve ser reduzido ao preparo para o Ensino Fundamental. Além disso, problematiza o uso do livro didático na Educação Infantil e aponta que essa etapa não deve ser entendida como uma preparação para o ensino fundamental e que ao invés antecipar conteúdos escolares que apenas reproduzem apostilas e livros didáticos, ela deve valorizar experiências com múltiplas linguagens, como contação de histórias, desenhos com diferentes riscantes, exploração da literatura, dentre outras experiências, sem que objetivo seja embutir conteúdos apostilados próprias de outra etapa.

A autora também argumenta que a padronização da prática pedagógica com o uso dos materiais didáticos colocam em risco o desenvolvimento integral das crianças. E assim como Boito, Barbosa e Gobbato (2016), concordam que o trabalho com o livro didático coloca os professores e professoras em um lugar de meros aplicadores de atividades. Conclui ainda, que essa discussão precisa urgentemente continuar a ser objeto de análise, diante de tantas lacunas e perguntas atuais necessárias sobre o tema.

Toda essa discussão se intensifica quando temos uma política pública e órgãos como o próprio Ministério da Educação (MEC) apoiando, incentivando e promovendo ações que dão legitimidade a esse uso, como ocorrido em 2022, e que segue atualmente sendo contemplado pelo Programa.

Sobre essa questão, o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec)², quando lançado o Edital do PNLD 2022, se pronunciou a respeito dizendo que a proposta reforçava conceitos que colocam a Educação Infantil como preparatória para o Ensino Fundamental, indo contra ao que é proposto pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Na página do Cenpec, escrita por Stephanie Kim Abe, é destacada a fala do Ministro da Educação Abraham Weintraub, dizendo que com o uso dos livros didáticos as crianças da pré-escola terão contato com as palavras, a partir de 2022. Especialistas na área da

² Organização da sociedade civil sem fins lucrativos que promove equidade e qualidade na educação pública brasileira. Atua em parceria com ministérios e secretarias estaduais e municipais; empresas; fundações e institutos; instituições de pesquisa; organizações da sociedade civil; e organismos internacionais de cooperação.

educação e professoras da rede municipal fizeram parte da discussão na página e defenderam que a fala do então Ministro da Educação foi desrespeitosa e equivocada, como se antes as crianças estivessem alheias ao mundo das palavras. Também destacaram o grande retrocesso em introduzir esse material ao priorizar a decodificação nos livros didáticos da Educação Infantil, apontando que o PNLD ignora práticas sociais mais amplas de leitura e escrita, o que empobrece o processo de aprendizagem e promove um retrocesso educacional (Cenpec, 2022).

Velázquez e Albuquerque (2023), em um artigo que trata sobre a trajetória da inserção da Educação Infantil no Programa, faz uma reflexão sobre os retrocessos que o MEC propõe ao analisar o Edital n.º 02/2020 para o PNLD 2022 alinhado à Política Nacional de Alfabetização (PNA) de 2019. Segundo as autoras, o edital apresenta dissonâncias em relação aos textos dispostos nos documentos legais que compõem os princípios e as especificidades do currículo da Educação Infantil do país. Em seus estudos destacaram que o edital do PNLD 2022 rompe com os princípios legais da Educação Infantil ao introduzir materiais voltados à alfabetização precoce desconsiderando direitos infantis e a autoria docente, subordinando a Educação Infantil ao ensino fundamental e à Política Nacional de Alfabetização.

As autoras apontam que as medidas adotadas pelo Governo Federal (2018-2022) são questionáveis, fragilizando uma política pública relevante na área educacional como o PNLD, pois tem desconsiderado os caminhos e trajetória da primeira etapa da educação básica brasileira (Velázquez; Albuquerque, 2023).

Sobre a Política Nacional de Alfabetização (PNA) em que o PNLD se apoia, consideramos importante trazer algumas reflexões a respeito dessa política, por ser um dos fundamentos do Programa.

Instituída pelo Decreto n.º 9.765, de 11 de abril de 2019, a PNA tem como objetivo estabelecer diretrizes quanto ao processo de alfabetização em diferentes etapas de ensino do país e regulamentar ações voltadas às políticas públicas de alfabetização. Encontramos em seu artigo primeiro, a instituição de ações que tem como objetivo melhorar a alfabetização em todo o território e combater os diferentes tipos de analfabetismo no país (Brasil, 2019a). Logo após o Decreto que a instituiu, foi lançado o Caderno da PNA, que consiste em um guia explicativo sobre essa política, contendo orientações, estratégias e a base teórica metodológica que é pautada na ciência cognitiva da leitura e a instrução fônica.

Dentre os três capítulos que compõem o Caderno, o segundo intitulado como “Alfabetização, literacia e numeracia” aborda os mesmos conceitos e definições que são utilizados pelo PNLD em sua fundamentação. Vemos, de fato, que o Programa se apoia nesses conceitos dispostos na PNA, assim como explicitado no Guia Digital do PNLD ao discorrer sobre os critérios do programa, deixando evidente que “estes critérios têm sustentação pedagógica, teórica e científica atualizadas e orientadas de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e, mais recentemente, a Política Nacional de Alfabetização (PNA)” (Guia Digital PNLD, 2022).

Quando se trata do processo de alfabetização na Educação Infantil, observamos que a PNA nos diz que a prioridade da alfabetização deve ser no 1º ano do Ensino Fundamental, mas pontua que esse processo deve ter início da Educação Infantil. O documento afirma que a Educação Infantil deve desenvolver capacidades importantes quanto à leitura e escrita, e que a alfabetização formal deve acontecer no ensino fundamental, com foco no primeiro ano escolar.

Ao apresentar os conceitos da política, o Caderno apresenta diferentes níveis de literacia, sendo eles: literacia básica, da pré-escola ao 1º ano do Ensino Fundamental; literacia intermediária, do 2º ao 5º ano e a literacia disciplinar, do 6º ano ao Ensino Médio, onde mais uma vez coloca como início desse processo a Educação Infantil, especificamente a pré-escola.

De acordo com o documento, as habilidades que antecedem a alfabetização são desenvolvidas na família e na pré-escola, sendo fundamentais para o sucesso na alfabetização formal. Além disso, pontua que há pesquisas que mostram o impacto positivo de se desenvolver habilidades de leitura e escrita na pré-escola, pois favorece a sua trajetória escolar (Brasil, 2019b). No entanto, não apresenta quais pesquisas defendem tal concepção.

Em um dos itens trazidos pelo Caderno da PNA, “Como ensinar as crianças a ler e a escrever de modo eficaz”, são recomendadas 11 (onze) variáveis para serem trabalhadas na Educação Infantil, sendo elas: conhecimento alfabético; consciência fonológica; nomeação automática rápida; nomeação automática rápida de objetos ou cores; escrita do nome; memória fonológica; conceitos sobre a escrita; conhecimento de escrita/linguagem oral; prontidão para leitura; e processamento visual. De acordo com o documento:

Essas onze variáveis em conjunto predizem com consistência o desempenho posterior em leitura e escrita. Portanto, é recomendável que sejam promovidas na educação infantil, a fim de contribuir com o processo de alfabetização no ensino fundamental (Caderno PNA, 2019, p. 31).

Vemos, portanto, que a Política Nacional de Alfabetização (PNA) e, consequentemente, o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) que nela se fundamenta, é incoerente ao que está disposto em demais documentos normativos como a BNCC (BRASIL, 2017a) e as DCNEI (BRASIL, 2009).

Pereira (2023) observa uma problemática entre a abordagem da alfabetização centrada no letramento, presente na BNCC e DCNEI, e a perspectiva da PNA, que trata a alfabetização como decodificação de códigos, apresentando concepções divergentes que irão influenciar diretamente nos conteúdos dos livros didáticos para a Educação Infantil.

Além das divergências frente às normativas dispostas para a Educação Infantil, a PNA, política seguida pelo PNLD, desrespeita os direitos dos sujeitos da primeira infância ao antecipar conteúdos do Ensino Fundamental e ao propor o desenvolvimento de conceitos voltados à alfabetização, anulando estudos e pesquisas fundamentadas numa vasta construção de conhecimento sobre a Educação Infantil. Sendo assim, concordamos com a autora quando argumenta que a PNA fragiliza os fundamentos da Educação Infantil ao tratá-la como preparatória para o ensino fundamental, ignorando uma longa construção baseada em pesquisas, para promover a introdução precoce da alfabetização formal, em detrimento do desenvolvimento integral das crianças.

Finalizando, então, a discussão sobre o uso do livro didático na Educação Infantil, apresentaremos no próximo capítulo os percursos metodológicos construídos durante a pesquisa.

2. CAMINHOS METODOLÓGICOS

Nesta seção apresentaremos os percursos metodológicos realizados no decorrer desta pesquisa, de abordagem qualitativa, que analisou os materiais didáticos disponibilizados pelo PNLD para as escolas de Educação Infantil em 2022, na busca de identificar se as DCNEIs foram contempladas pelo Programa na aprovação e oferta desses materiais.

Entendemos que a investigação dessas obras passa por questões específicas que uma análise quantitativa não seria capaz de abordar de forma

adequada e, por isso, a escolha da abordagem qualitativa permitiu o aprofundamento de questões pertinentes à problemática estudada. Segundo Minayo (2002), não há como quantificar significados e valores, como é o caso do material tido como objetivo de estudo. Esta pesquisa acontece em fases que se complementam, em análises que dialogam entre o objeto e demais aspectos que apontam para indagações que extrapolam conceitos voltados à operacionalização.

Nesta perspectiva, partimos de uma pergunta que norteou as investigações feitas, indagando se “O Programa Nacional do Livro e do Material didático (PNLD) e os materiais didáticos por ele disponibilizados, atendem ao que está disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil?”.

Para início das discussões, pensamos a respeito do uso do livro didático no Brasil e os aspectos ideológicos atrelados a ele, buscando entender questões históricas desse uso e o que permeia sua ampla utilização no contexto educacional brasileiro. Depois, voltamos nosso olhar especificamente para sua utilização na primeira infância e suas implicações, inclusive voltadas à antecipação da alfabetização.

Após isso, tendo os livros didáticos do PNLD como objeto de estudo, encontramos 20 (vinte) coleções de diferentes editoras, que foram aprovadas e disponibilizadas para a escolha dos municípios de todo o país. Optamos por analisar uma delas como recorte, com base nas obras adotadas pelo município de Batatais – SP. O fator que determinou essa escolha foi a atuação desta pesquisadora como professora na pré-escola no município mencionado em 2022, ano em que se iniciou a implementação do Programa e o uso do material. Definimos, então, as obras para análise, sendo elas:

- 1) Livro didático – Volume I (quatro anos);
- 2) Livro didático – Volume II (cinco anos);
- 3) Guia Orientativo para os professores, intitulado “Preparação para alfabetização: teoria e prática”.

Realizamos o confronto dessas obras ao que está disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI) dialogando com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), buscando entender se as concepções trazidas

por esses documentos e pesquisadores da área estão atreladas aos conteúdos dos livros didáticos do PNLD para a Pré-escola.

2.1 Instrumentos/Estratégias para coleta de dados

Para o primeiro objetivo: investigar o PNLD enquanto política pública e sua inserção na Educação Infantil, a coleta de dados foi realizada utilizando os principais documentos, publicações e dados emitidos sobre o programa por meio da página do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), encontrados nos seguintes documentos: Resolução nº 12, de 07 de outubro de 2020 que dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD; Resolução nº 15, de 26 de julho de 2018, sobre as Normas de conduta no âmbito da execução do Programa Nacional do Livro e do Material Didático e, ainda, dados estatísticos do PNLD encontrados na página do Fundo, no item “ações e programas”.

No segundo objetivo, para analisar as principais obras didáticas disponibilizadas para a pré-escola e o Guia Orientativo para uso dos professores, foram utilizados os exemplares enviados para as unidades escolares e o Guia recebido pelos educadores. Primeiro examinamos no Guia Digital os itens: visão geral da obra, descrição, análise e sala de aula – que discorre sobre o Manual do Professor. Depois, percorremos nos dois volumes dos livros didáticos a capa, contracapa, apresentação do material que explana os ícones e seções da coleção, sendo eles: “lá em casa” – seção específica para a realização de um trabalho em casa, com a participação da família; “Pitacos e palpites” – seção de autoavaliação da criança em relação ao seu processo de aprendizagem; “Baú do conhecimento” – para monitoramento das aprendizagens ao final de cada unidade; “Glossário” – seção com palavras novas apresentadas em cada unidade; e o material complementar com jogos, tarefas de recorte, alinhavos, dobraduras e outras atividades (Guia Digital PNLD, 2022).

Após essa observação geral, iniciamos a análise de atividades propostas pelos materiais, utilizando principalmente as próprias atividades colocadas como destaque pelo Guia Digital, como uma amostra do que é encontrado na coleção.

2.2 Análise de Dados

A análise dos dados emitidos pelo FNDE, referente ao primeiro objetivo, buscou entender as principais obras e editoras contempladas pelo programa, uma

vez que procedem do setor privado. Como referencial, foi utilizado o texto de Heloísa de Mattos Höfling, intitulado “Notas para discussão quanto à implementação de programas de governo: em foco o Programa Nacional do Livro Didático”.

Para o segundo objetivo, a análise abordou se os conteúdos das obras didáticas estão em consonância com as concepções de Educação Infantil trazidas pelos documentos norteadores a fim de confrontar as concepções propostas para a Educação Infantil nos documentos legais, com foco principal nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI). Foi feita, então, a análise qualitativa desses exemplares, tendo como referência as Diretrizes, a BNCC e autores relevantes para a área estudada, encontradas na próxima seção.

As reflexões e análises feitas quanto ao uso do PNLD para a Educação Infantil em 2022 em seu primeiro ano de implantação, almeja contribuir para novas pesquisas na área em uma temática recém abordada no contexto atual da educação.

3. OBRAS DIDÁTICAS DO PNLD E AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

Esta seção objetiva apresentar as obras didáticas e pedagógicas adotadas pelo município pesquisado. De início, apresentaremos as obras de acordo com as informações disponibilizadas pela editora em seu site oficial e os principais conteúdos contidos nesses materiais. Posteriormente, faremos as considerações sobre as obras utilizadas no município de Batatais – SP, confrontando-as à luz das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) e produções da área estudada. Destacamos que no Apêndice 1 foi produzida uma síntese dos resultados a ser entregue em cidades da região administrativa de Franca – SP.

Encontramos no Guia Digital do PNLD 2022, as obras categorizadas entre *obras didáticas* destinadas aos alunos e *obras pedagógicas* direcionadas para uso dos professores, ambos para a Pré-escola. Dentre elas, são expostas no site o total de 20 (vinte) obras didáticas e 10 (dez) obras pedagógicas de diferentes editoras, que foram indicadas para escolha das escolas municipais de Educação Infantil por meio do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), para uso durante o ano letivo de 2022 e nos próximos 4 (quatro) anos subsequentes. A análise das obras terá como foco os materiais adotados pelo município de Batatais

– SP como recorte dos exemplares que foram disponibilizados por meio do Programa.

3.1 Características das obras didáticas adotadas pelo município

As informações apresentadas a seguir são partes comuns nos dois volumes da coleção (Volume I – 4 anos; Volume II – 5 anos), por isso a escolha de apresentá-las juntas, pois integram o mesmo manual do professor para as diferentes obras didáticas.

No manual do professor, logo após a carta de apresentação, há uma linha do tempo ilustrando o histórico da Educação Infantil no Brasil. Em seguida, são apresentadas as 06 (seis) unidades que possuem como título os *direitos de aprendizagem* contidos na BNCC, sendo eles: Conhecer-se, Conviver, Expressar, Brincar, Participar e Explorar. Segundo a Editora, também conduzem as temáticas e atividades propostas, como pode ser visto nas Figuras 2 e 3.

Figura 2. Títulos das Unidades no Volume I – Obras didáticas.



Figura 3: Títulos das Unidades no Volume II – Obras didáticas.



Os *campos de experiências* que também são partes estruturantes da BNCC aparecem nos livros como ícones na parte superior de cada atividade, indicando quais os campos estão sendo contemplados naquela proposta.

Figura 4. Ícones do cabeçalho – Campos de experiências



Ao intitular as unidades e os volumes da coleção a partir dos Direitos de Aprendizagem e dos Campos de Experiência contidos na BNCC, fica explícita a tentativa por parte da editora em se mostrar adequada a essa normativa. Ao trazer esses conceitos em compartimentos, seria possível que nas vivências cotidianas as crianças “convivam” ou se “ expressem” apenas enquanto se trabalha com os conteúdos das Unidades 2 e 3, ou que “explorem” apenas ao final da unidade? É evidente o quanto é problemático que a Base simplifique e fragmente esses aspectos, não só pelo fato de como isso irá refletir nas experiências que deveriam ser construídas na vida cotidiana pelas crianças, mas como abre caminhos para que as editoras elaborem materiais que estejam, aparentemente, em conformidade ao que está prescrito, enquanto na verdade apenas transcrevem títulos propostos pelo documento.

Além disso, autores da área apontam que a organização do currículo não deveria ser feita a partir de uma fragmentação, mas, sim, de forma integrada, articulando os campos de experiências às diferentes dimensões do conhecimento, de práticas e de linguagens.

Segundo Fochi (2020), um dos especialistas que participaram da construção da BNCC para a educação infantil, os campos de experiência não devem ser confundidos com a tradicional organização curricular por disciplinas. O autor aponta que essa proposta não deveria se limitar a uma mudança de nomenclatura, ou apenas na distribuição desses campos em horários ou dias específicos, como já

ocorre com as disciplinas convencionais. Além disso, esclarece que os campos têm sido vistos de forma equivocada apenas como um conjunto de objetivos, mas que deveriam ser entendidos como conceitos baseados em saberes culturais, científicos, sociais, ambientais e tecnológicos, para orientar a interação entre os adultos e as crianças no processo educativo.

Após essas informações sobre a organização das unidades, encontramos alguns parágrafos que discorrem sobre a Política Nacional de Alfabetização (PNA) com conceitos que são seguidos pela coleção das obras, mostrando que a Política tem como objetivo melhorar os processos de alfabetização no Brasil. São então conceituados dois termos: literacia e numeracia, que servem, segundo o texto contido no material, como “orientadores para que seja realizado um trabalho efetivo na Educação Infantil como função preparatória para a vida escolar futura das crianças” (Coleção Vila Mundo – Volume I, Rona Editora, 2020, p. 9). Em seguida, são apresentados os conceitos de literacia e numeracia separadamente e um quadro com sugestões de atividades de acordo com cada um desses conceitos.

No Guia Digital do PNLD são explicitados esses conceitos que foram privilegiados para a escolha dos materiais e que são encontrados nas obras didáticas disponibilizadas pelo programa. No Guia há a explicação sobre os conceitos de literacia, literacia emergente, literacia familiar e numeracia. A literacia envolve conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas à leitura e à escrita, composta por habilidades que fundamentam a alfabetização. Já a numeracia refere-se às competências matemáticas consideradas como necessárias para a vida cotidiana. O documento também destaca que existem habilidades iniciais que contribuem para a aprendizagem da matemática nos primeiros anos do ensino fundamental e que precisam ser desenvolvidas ainda na educação infantil (Guia Digital, 2022).

Apesar de o Guia Digital defender os conceitos de numeracia e literacia presentes nas obras didáticas, a Base Nacional Comum Curricular aponta para a importância de um trabalho pedagógico que envolve diversas linguagens como a verbal, corporal, musical, visual, entre outras. Essas linguagens, que são complexas e fundamentais na formação da subjetividade humana, se manifestam de diversas formas. Permitem a expressão, a representação, a comunicação, a interação e o pensamento, além de possibilitarem a apreciação estética, a construção de

conhecimentos e são reconhecidas, ainda, como um campo de conhecimento (Brasil, 2015).

É importante destacar que o desenvolvimento de um trabalho pedagógico que consiga abranger essas diversas linguagens dificilmente fará parte do cotidiano de crianças pequenas expostas a apenas dois conceitos escolarizantes como a literacia e numeracia proposto pelo material.

Ademais, encontramos novamente nessa parte do Guia a orientação de que esse tipo de conteúdo (literacia e numeracia) devem ser trabalhados durante a Educação Infantil, assim como é colocado pela PNA, visando favorecer o desenvolvimento de habilidades próprias do Ensino Fundamental. Mais uma vez, o material deixa explícita a antecipação de conteúdos que não deveriam estar presentes na primeira infância. Segundo Freitas (2023):

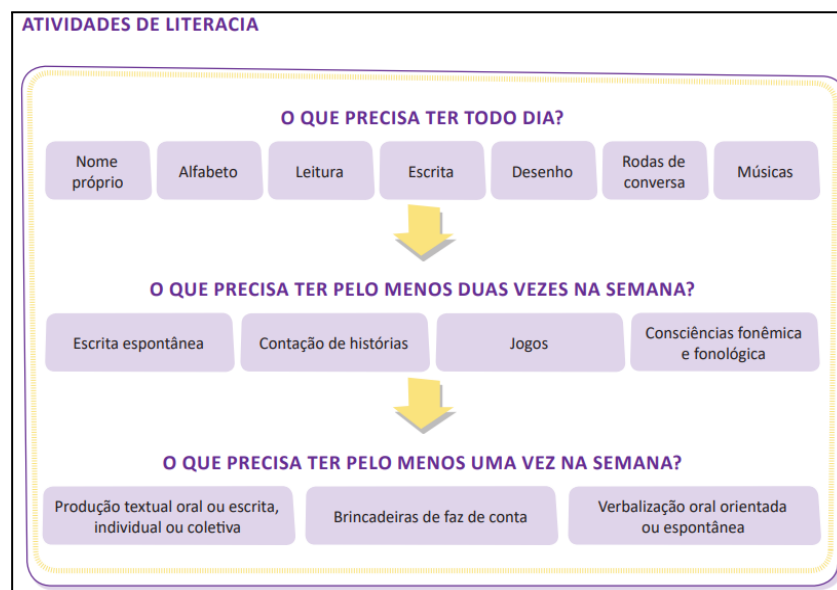
[...] Podemos assegurar que a Educação Infantil tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança, complementando a ação da família e da comunidade, nada prevendo sobre suas atividades de leitura e escrita. Afirmamos também, com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, que as práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil devem ter como eixos norteadores as interações e a brincadeira e não estão voltadas às atividades de alfabetização precoce, como sugere a PNA de 2019, que, sob nova roupagem, defende os métodos antigos de alfabetização das cartilhas brasileiras (Freitas, 2023, p. 113).

Na sequência das obras analisadas, outros quadros são apresentados em relação à rotina na Educação Infantil, contendo sugestões de como deve ser a frequência das atividades, vistas nas figuras 5 e 6.

Figura 5. Frequência das atividades de numeracia na rotina da Educação Infantil.



Figura 6. Frequência das atividades de literacia na rotina da Educação Infantil.



Observa-se nessa rotina proposta com a frequência das atividades que devem ser realizadas, pouquíssimos momentos destinados às brincadeiras e, quando aparecem são direcionadas e pré-estabelecidas, sem dar espaços para a brincadeira livre e/ou espontânea. Percebe-se a tendência da diminuição do tempo destinado às brincadeiras, ocasionada pelo uso do livro didático e, além disso, não articula a aprendizagem da língua com o brincar. Freitas (2023) defende que:

[...] O ato de brincar e conhecer são imprescindíveis e não podem ser previstos ou delimitados em atividades de um livro. Além disso, é importante que se crie um olhar crítico a respeito dos materiais didáticos oferecidos pelo Estado em cumprimento da agenda de seus idealizadores (Freitas, 2023, p. 15).

Ainda sobre a brincadeira, as autoras Souza, Bastos e Mota (2022) evidenciam em suas pesquisas o quanto o brincar contribui para o desenvolvimento infantil e promovem experiências cruciais, que não deveriam ser reduzidas a conteúdos alfabetizadores, como tem acontecido. Segundo elas, o brincar é uma atividade fundamental para o desenvolvimento infantil, pois permite que a criança interprete, questione e reflita sobre o mundo. No entanto, quando a brincadeira é limitada a objetivos didáticos voltados exclusivamente para a alfabetização, ela deixa de ser uma experiência livre e significativa, tornando-se parte de um ensino mecanizado e dirigido.

Nos chama também a atenção, a proposta de que todos os dias deve haver

atividades envolvendo traçados dos números e do alfabeto, enquanto a brincadeira de faz de conta aparece apenas em 1 (uma) vez na semana. No entanto, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (DCNEI) apontam que as práticas pedagógicas devem ter como eixos norteadores as interações e as brincadeiras e desenvolver práticas que:

[...] promovam o conhecimento de si e do mundo por meio da ampliação de experiências sensoriais, expressivas, corporais que possibilitem movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos da criança (Brasil, 2010, p. 25).

Vemos, na rotina proposta por esse material, que ao contrário da ampliação proposta pelo documento, há uma redução dessas experiências, tendo como foco questões de alfabetização e numeramento. Fica evidente que, ao estabelecer esse tipo de rotina para a Educação Infantil, desconsidera-se as vivências reais do cotidiano de uma instituição que atende crianças da primeira infância, além de desrespeitar o que de fato deveria ser proporcionado a elas.

Pereira (2023) ressalta a importância de garantir, nas práticas pedagógicas da Educação Infantil, o direito das crianças de se expressarem por meio de diversas linguagens. No cotidiano, as crianças utilizam essas linguagens para explorar, brincar, imaginar e expressar sentimentos e pensamentos, o que contribui diretamente para o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social.

Seguindo para a próxima parte, o material mostra a progressão dos conteúdos contemplados na coleção, que são apresentados em forma de mapa contendo sua distribuição nas unidades, colocados de forma simplificada no quadro abaixo.

Quadro 1. Mapa das distribuições dos conteúdos – Volumes I e II.

Volume I – Crianças de 4 anos	
Unidades	Conteúdos
Unidade 1	Corpo Humano; Família e graus de parentesco
Unidade 2	Rotinas e hábitos do dia a dia; Escola
Unidade 3	Sentidos; Astronomia
Unidade 4	Brincadeiras regionais e culturais; Sentidos
Unidade 5	Sentidos; Cidadania
Unidade 6	Fenômenos meteorológicos; Cultura indígena
Volume II – Crianças de 5 anos	

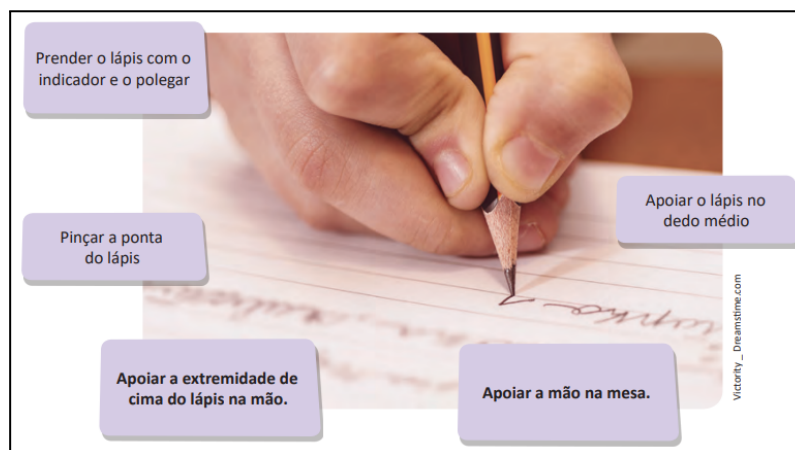
Unidades	Conteúdos
Unidade 1	Família e graus de parentesco; Rotina e hábitos do dia a dia; Sentidos
Unidade 2	Espaços coletivos; Animais
Unidade 3	Plantas; Fenômenos meteorológicos; Tradições e expressões culturais; Astronomia
Unidade 4	Meio de transporte; Astronomia
Unidade 5	Cidadania; Fenômenos meteorológicos; Astronomia
Unidade 6	Água e minerais; Astronomia; Animais

Após isso, encontramos a apresentação de uma série de atividades intituladas *Atividades pedagógicas preparatórias* que, segundo o material, “poderão ser utilizadas na preparação da criança para a futura aprendizagem de conteúdos do Ensino Fundamental em matemática e alfabetização” (Coleção Vila Mundo – Volume I, Rona Editora, 2020, p. 30). São então apresentadas as atividades separadas pelos títulos: Traçado das letras e numerais; Traçados de grafismos que remetem às letras bastão e cursiva; Uso adequado do lápis; Roda de conversa; Calendário; Cartaz de chamada; Cartazes de números e quantidades; Cartaz do alfabeto; Quadro numérico; Palavra pensada e Bingo personalizado. A seguir, colocamos nas Figuras 7 e 8, exemplos de algumas dessas atividades.

Figura 7. Traçado das letras e numerais – Atividades pedagógicas preparatórias.

										GRUPOS DE LETRAS		MOVIMENTO DOMINANTE
A	B	C	D	E	F					Grupo 1:	a c d o q g	c c
G	H	I	J	K	L					Grupo 2:	b l h k e f	eeeeeeeeee
M	N	O	P	Q	R					Grupo 3:	i j u t y w	i i
S	T	U	V	W	X					Grupo 4:	m n r x	~~~~~
Y	Z	LEGENDA ● INÍCIO DO TRAÇADO ★ TÉRMINO DO TRAÇADO								Grupo 5:	p r s z	Para este grupo não há um padrão de movimento dominante.
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9			

Figura 8. Uso adequado do lápis – Atividades pedagógicas preparatórias.



Na contramão do que é colocado pelas DCNEIs, o material insere atividades pedagógicas preparatórias sem respeitar as especificidades etárias, ainda que o documento aponte para a importância de “garantir a continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, sem antecipação de conteúdos que serão trabalhados no Ensino Fundamental” (Brasil, 2010, p. 7). Vemos novamente um desrespeito à cultura da infância e a inadequação de conteúdos como traçados e de “maneiras corretas” de segurar o lápis para crianças de 4 e 5 anos.

Pereira (2023) argumenta que o trabalho com leitura e escrita na Educação Infantil não deve adotar práticas de escolarização precoce, em que as crianças são submetidas durante boa parte da rotina a atividades mecânicas como cópias e exercícios gráficos, limitando a criança a tarefas repetitivas. Em vez disso, é essencial que essas práticas tenham um caráter lúdico, permitindo às crianças explorar uma variedade de materiais escritos de forma significativa.

Por último, finalizando as orientações em comum nos Volumes I e II, encontramos o título *Avaliação formativa na Educação Infantil*, onde são pontuados alguns conceitos sobre avaliação de acordo com a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e trechos de alguns autores que discorrem sobre o assunto. Depois, são apresentadas algumas formas de avaliação, sendo elas: Atividades preparadas com a função de avaliar habilidades (monitoramento do currículo); Atividades de avaliação coletiva; Autoavaliação do aluno; Registros informais pelo(a) professor(a) (registros de avanços individuais); Registros formais pela família; Registro informal pela família e Monitoramento do desempenho.

Sobre a parte específica do Monitoramento, há uma planilha sugerida para preenchimento dos professores de acordo com o desenvolvimento das crianças, referentes às habilidades de numeracia e literacia, que devem ser registradas nos meses de fevereiro, julho e novembro e orientações de como deve ser esse preenchimento. Segue abaixo o exemplo colocado pelo material (Figura 9).

Figura 9. Sugestão de Planilha para Monitoramento do desempenho das crianças de 4 e 5 anos em Literacia e Numeracia.

Nome do aluno	Escrita do nome			Alfabeto			Fases da leitura e da escrita		
	FEV	JUL	NOV	FEV	JUL	NOV	FEV	JUL	NOV
Mila	N	P	S	A, X, B, K	K, Y	OK	PS	SSS	SCS

Reconhecimento dos números			Traçado dos números			Contagem			Resolução de desafios			Formas geométricas		
FEV	JUL	NOV	FEV	JUL	NOV	FEV	JUL	NOV	FEV	JUL	NOV	FEV	JUL	NOV
N	1,2,5	1 a 9	Traçado incorreto 4, 5, 9	4	S	N	P	S	N	N	P	N		

Sobre as orientações quanto ao preenchimento da planilha, na Figura 10 e 11 mostramos a legenda referente a cada letra usada no monitoramento, de acordo com a habilidade que deve ser observada e descrita pelo professor(a).

Figura 10. Orientações para preenchimento da planilha – Habilidades de Literacia.

ORIENTAÇÕES PARA O PREENCHIMENTO	
ESCRITA DO NOME:	
- N (não registra) - P (somente o primeiro nome com apoio da ficha)	- S (escrita do primeiro nome – 4 anos) e - L (escrita do nome completo – 5 anos)
ALFABETO:	
Informar quais letras a criança já reconhece (se for uma quantidade menor) ou informar quais letras ela ainda não reconhece. No exemplo anterior, informaram-se as letras que a criança não reconhecia.	
FASE DE DESENVOLVIMENTO DA LEITURA E DA ESCRITA	
PA: Pré-alfabética AP: Alfabética parcial AC: Alfabética completa	
Obs.: A fase alfabética consolidada não é esperada nessa etapa. A descrição de cada uma dessas fases está disponível no videotutorial e no Manual do Professor, nos quadros de Conteúdos de Literacia.	

Figura 11. Orientações para preenchimento da planilha – Habilidades de Numeracia

RECONHECIMENTO DOS NÚMEROS: • Informar quais os números que as crianças já reconhecem. TRAÇADO DOS NÚMEROS: • Informar quais números a criança ainda não consegue traçar corretamente. CONTAGEM: • N (não consegue realizar contagem – ou seja, pula elementos ou conta o mesmo mais de uma vez, ou não domina a recitação) • P (realiza contagem com dificuldade) • S (realiza contagem adequadamente) RESOLUÇÃO DE DESAFIOS DE MATEMÁTICA: • N (não consegue resolver desafios matemáticos) • P (realiza com dificuldade) • S (realiza adequadamente) FORMAS GEOMÉTRICAS: • Informar quais formas geométricas a criança já reconhece.

Dentre várias problemáticas encontradas nesse tipo de monitoramento proposto, destacamos especificamente sobre a avaliação que deve ser feita quanto à fase *de desenvolvimento da leitura e da escrita* proposta pelo material que classifica o aprendizado da criança nas categorias pré-alfabética, alfabética parcial e alfabética completa, que mais uma vez nos mostra o quanto a proposta contida nessas obras didáticas estão antecipando conteúdos do Ensino Fundamental, preocupando-se com questões voltadas à alfabetização. As DCNEIs afirmam que as instituições devem elaborar “procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação” (Brasil, 2010, p. 28). Além da antecipação dos conteúdos, monitorar as crianças de acordo com essas fases referentes à leitura e escrita é também uma forma de classificação, destoando do que é colocado pelas Diretrizes.

Sobre essa questão, Pereira (2023) nos diz que a Educação Infantil possui características próprias, distintas do Ensino Fundamental. Nessa etapa, não se aplica ideias como aprovação/reprovação e não deve haver pré-requisitos ou classificações. A avaliação deve se basear em uma observação crítica, atenta às brincadeiras, interações e vivências das crianças no cotidiano escolar.

Entendendo a avaliação nessa mesma perspectiva, Rosa (2020) em seu trabalho “Por uma avaliação viva e vivida na Educação infantil”, diz que os resultados não devem ser o centro do processo avaliativo. De acordo com o autor, a

avaliação na Educação Infantil deve ser compreendida como um processo contínuo que valoriza a trajetória vivenciada pelas crianças, em vez de focar apenas nos resultados. Essa abordagem busca entender a criança em sua singularidade, promovendo sua participação ativa na aprendizagem, em um cotidiano no qual o brincar é valorizado como parte fundamental desse processo.

Enfatizamos que a avaliação proposta pelo material didático analisado tem como foco os resultados obtidos num processo de alfabetização que, precocemente, classifica as crianças conforme sua fase de escrita, medindo os resultados do trabalho realizado a partir da literacia, de forma equivocada e contradizente às Diretrizes e diversas pesquisas na área.

As orientações do manual do professor referente às obras didáticas se encerram nesta parte em que a editora coloca que o monitoramento do desempenho dos alunos é fundamental. Na próxima parte, as orientações são específicas para cada volume e faixa etária, contendo as atividades a serem desenvolvidas com as crianças de 4 e 5 anos em seus respectivos volumes que serão apresentados na próxima seção.

3.2 Conteúdos e organização das obras didáticas específicas

As obras didáticas para uso dos alunos são em formato brochura na vertical, sem espiral. Ao final do livro, há páginas cartonadas para serem recortadas e utilizadas ao longo das atividades nas unidades e não é possível destacá-las.

Para exemplificar as atividades propostas nas obras didáticas, selecionamos imagens dos Volumes I e II que serão apresentadas separadamente. Primeiro iremos ilustrar as obras para crianças de 4 anos e posteriormente as que são destinadas para as crianças de 5 anos. Essas imagens foram retiradas das obras disponibilizadas no site oficial da editora.

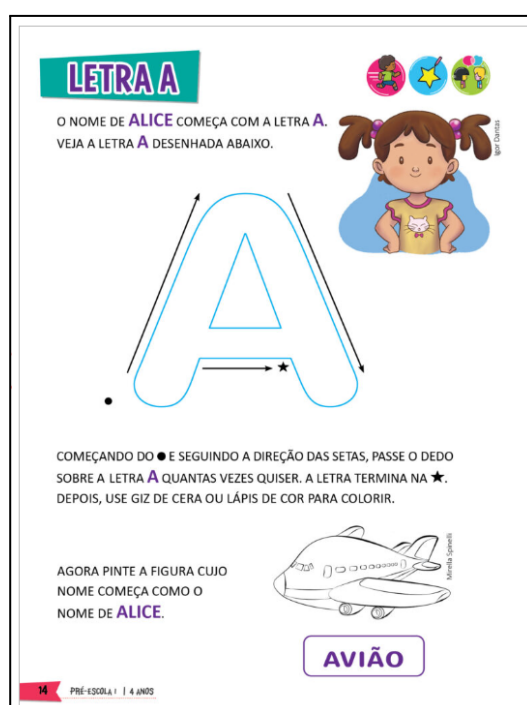
3.2.1 Atividades do Volume I – 4 anos

O Volume I é organizado em Unidades contendo diferentes capítulos. Como dito na seção anterior, essas unidades possuem como título os seis direitos de aprendizagem segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os títulos de cada capítulo fazem referência ao conteúdo das atividades, conforme pode ser visto no Quadro 2.

Quadro 2. Organização das Unidades e Capítulos – Volume I (4 anos).

UNIDADES	CAPÍTULOS
Unidade 1 Conhecer-se	Capítulo 1 – Quem sou eu?
	Capítulo 2 – Eu sou assim...
	Capítulo 3 – Eu e minha família
Unidade 2 Conviver	Capítulo 4 – Minha escola
	Capítulo 5 – Meus colegas
	Capítulo 6 – Colegas da escola
Unidade 3 Expressar	Capítulo 7 – Isso me faz sentir...
	Capítulo 8 – Remexendo
	Capítulo 9 – Pintando e expressando
Unidade 4 Brincar	Capítulo 10 – Faz de conta
	Capítulo 11 – Brincadeiras de todos os lugares
	Capítulo 12 – Jogos de todos os lugares
Unidade 5 Participar	Capítulo 13 – Minha vez de falar
	Capítulo 14 – Hora de escutar
	Capítulo 15 – Roda de conversa
Unidade 6 Explorar	Capítulo 16 – Mão na massa
	Capítulo 17 – Minhas explorações
	Capítulo 18 – Hora de recriar

A seguir, vemos um exemplo de atividade que foi colocada no início do primeiro capítulo. Anterior a ela, foi apresentada a personagem “Alice”, com um texto sobre suas características. Nesta atividade (Figura 12), a criança deve “passar o dedo” sob a letra seguindo as setas e depois pintá-la fazendo referência à figura do avião, que inicia com a mesma letra do nome da personagem.

Figura 12. Atividade “Letra A” (Unidade 1 – Conhecer-se; Volume I).

Nota-se que no decorrer das demais atividades são apresentados personagens cuja letra inicial do nome segue a ordem alfabética. Na medida em que esses personagens aparecem, é trabalhada a letra correspondente, perpassando por todas as letras do alfabeto (Exemplo: Alice, Beatriz, Camila, Davi etc.).

Esse tipo de atividade se estende até ao final do material, evidenciando os conteúdos que são prioridade (literacia e coordenação motora fina) em dissonância com as Diretrizes. Destacamos a forma com que esse tipo de atividade desrespeita sobretudo os princípios estéticos, “da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais” (Brasil, 2010, p. 16). As personagens trazidas pelo material e as propostas dessas atividades em nada respeitam manifestações artísticas e culturais. Pelo contrário, são personagens pré-estabelecidas, com objetos distantes da realidade vivenciada no cotidiano (como no caso do avião), que não possibilitam o exercício da criatividade e da livre expressão dos pequenos, além de apenas reforçar a mecanização e a repetição de conteúdos.

Pereira (2023) descreve que não há como compreender que esse tipo de atividade seja conveniente à Educação Infantil, com atividades impressas que incentivam apenas a memorização de letras e números. Segundo a autora, essas práticas não favorecem a apropriação da linguagem escrita na infância, fase em que o desenvolvimento deveria ser marcado pelas interações e pela brincadeira enquanto principais eixos norteadores e centrais.

A próxima atividade selecionada faz parte de uma sequência onde havia sido apresentado um texto sobre como é a escola do personagem Davi, que faz parte da Unidade 2 (Conviver) no Capítulo 4 – Minha escola. Após o texto, há 04 (quatro) perguntas sobre o conteúdo do texto lido e então a atividade mostrada abaixo (Figura 13).

Figura 13. Atividade “A escola” (Unidade 2 – Conviver; Volume I).



Observa-se que o espaço destinado para o desenho ocupa a metade de uma folha na vertical. O mesmo padrão se repete nas demais atividades do livro didático, sendo possível encontrar espaços ainda menores do que esse. Mais uma vez, a atividade demonstra restrição quanto às possibilidades para o desenvolvimento “da criatividade, ludicidade e da liberdade de expressão” (Brasil, 2009), como visto nas DCNEIs, além da perpetuação de desenhos estereotipados para as crianças.

A Figura 14 refere-se a uma atividade da Unidade 3 (Expressar) que faz parte do Capítulo 8 – Remexendo. Nela, é apresentada a personagem Iara e contém uma canção para ser lida e cantada, seguida de perguntas sobre seu conteúdo, sobre o sentimento dos personagens envolvidos na temática da música e por fim, a identificação dos números que já são reconhecidos pelas crianças.

Figura 14. Atividade “Os indiozinhos” (Unidade 3 – Expressar; Volume I).



Como sequência dessa atividade, há a proposta da produção de uma peteca e da brincadeira com o objeto. Na próxima página, há o desenho de três canoas em cores diferentes (amarela, azul e vermelha) onde as crianças devem desenhar em cada uma delas a quantidade indicada: “na amarela, muitos índios. Na azul poucos índios e na vermelha não deve haver nenhum”.

Vemos nessas atividades a forma estereotipada em que a temática indígena é abordada, com um conteúdo raso e que não representa a pluralidade da cultura dos povos originários, sem propor discussões importantes trazidas pela Lei nº 11.645/08³. Para além disso, percebe-se que o foco central dessas atividades está voltado para o trabalho com a numeracia. Diferente das DCNEIs, que nos diz que as experiências devem recriar “em contextos significativos para as crianças, relações quantitativas, medidas, formas e orientações espaço temporais” (Brasil, 2010, p. 25). Nos questionamos qual é o *contexto significativo* vivenciado pelas crianças em atividades como essas, propostas por esses materiais.

³ Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

Concluímos, assim, a apresentação de algumas atividades que ilustram o conteúdo do Volume I e apresentaremos a seguir exemplos de atividades encontradas no Volume II para as crianças de 5 anos.

3.2.2 Atividades do Volume II – 5 anos

O Volume II também está organizado em unidades e capítulos, semelhantes aos do Volume I, ambos mostrados em seus sumários. Os campos de experiência seguem nomeando as unidades e os capítulos recebem os títulos mostrados no Quadro 3 em seguida.

Quadro 3. Organização das Unidades e Capítulos – Volume II (5 anos).

UNIDADES	CAPÍTULOS
Unidade 1 Conhecer-se	Capítulo 1 – Meu nome e meus objetos
	Capítulo 2 – Meu jeito de ser
	Capítulo 3 – Vida em família
Unidade 2 Conviver	Capítulo 4 – Espaços da escola
	Capítulo 5 – Escola, lugar de gente
	Capítulo 6 – Outros lugares que conheço
Unidade 3 Expressar	Capítulo 7 – Música, dança e tradição
	Capítulo 8 – A expedição em busca de novas culturas
	Capítulo 9 – Nossa história e outras histórias...
Unidade 4 Brincar	Capítulo 10 – Brincadeiras inventadas e recriadas
	Capítulo 11 – Brincadeiras de rua
	Capítulo 12 – Jogos de atenção
Unidade 5 Participar	Capítulo 13 – Criança fala
	Capítulo 14 – Criança pensa e decide
	Capítulo 15 – Trocando ideias
Unidade 6 Explorar	Capítulo 16 – Já sei fazer!
	Capítulo 17 – Curiosidades e descobertas
	Capítulo 18 – Eu transformo

No início do Capítulo 1 “Meu nome e meus objetos”, são apresentados alguns itens que podem ser usados como pertences pessoais. Dentre eles, o objeto boné foi utilizado para a atividade colocada abaixo (Figura 15).

Figura 15. Atividade “Palavra em pedaços” (Unidade 1 – Conhecer-se; Volume II).

PALAVRA EM PEDAÇOS

A PALAVRA **BONÉ** PODE SER DIVIDIDA EM DOIS “PEDAÇOS”. ESSES “PEDAÇOS” SÃO CHAMADOS DE SÍLABAS. VEJA COMO FICA.



BO



NÉ

FALE PAUSADAMENTE A PALAVRA **BONÉ**. EM SEGUIDA, PINTA UMA BOLINHA PARA CADA SÍLABA DA PALAVRA.



OS NOMES DAS FIGURAS ABAIXO TAMBÉM COMEÇAM COM A LETRA B. CONTE AS SÍLABAS DE CADA NOME E MARQUE COM X UM ☐ PARA CADA SÍLABA.





Nos chama atenção a colocação dessa atividade dentro do capítulo intitulado “Meu nome e meus objetos”, onde a princípio entende-se que deveriam ser trabalhadas habilidades do eixo “O eu, o outro nós” trazidos pela BNCC e que são fundamentais para crianças da Educação Infantil. Nas Diretrizes, encontramos que as experiências relacionadas a essa temática devem permitir a elaboração “da autonomia das crianças nas ações de cuidado pessoal, auto-organização, saúde e bem-estar” (Brasil, 2010, p. 26). Ao invés de experienciar habilidades relacionadas à organização de seus pertences pessoais, com objetos próprios de cada criança, é colocado um objeto (boné) que, na maioria das vezes, não faz parte dos pertences cotidianos utilizados pelas crianças no ambiente escolar. Novamente, vemos apenas uma preocupação com os conteúdos voltados a literacia, trabalhando com uma palavra específica e descontextualizada, sem envolver tantas outras habilidades e experiências que deveriam ser vivenciadas nessa etapa.

A atividade analisada é mais um exemplo de proposta que se distancia do que pesquisadores da área da Educação enfatizam. O campo de experiência trazido nessa atividade (O eu, o outro e o nós) deveria refletir sobre a formação da identidade da criança e do outro. Para além disso, envolve considerar suas relações

interpessoais, o respeito e o cuidado consigo mesmo e com os demais. Desenvolver esse trabalho também abrange a interação, o compartilhamento, a participação e a cooperação e deveria considerar diferentes formas de expressão e comunicação, bem como o reconhecimento do corpo e de suas próprias experiências (Melo, 2020).

Outro exemplo de atividade encontrada na obra didática em questão, apresenta conceitos de numeracia, inserindo um quadro numérico juntamente com alguns comandos para realização da atividade.

Figura 16. Atividade “Números e numerais” (Unidade 3 – Expressar; Volume II).

NÚMEROS E MAIS NUMERAIS

PARA CONHECER MAIS NÚMEROS, A PROFESSORA LEVOU PARA AS CRIANÇAS DA TURMA DE 5 ANOS UM QUADRO NUMÉRICO. VEJA.

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16	17	18	19
20									

O QUE SERÁ QUE INDICA A SETA AZUL? E A VERMELHA?

OBSERVE O QUADRO NUMÉRICO ACIMA E FAÇA O QUE SE PEDE:

- CIRCULE O ALGARISMO QUE SE REPETE NOS NUMERAIS QUE ESTÃO NA PRIMEIRA COLUNA (OBSERVE A SETA AZUL).
- FAÇA UM X NO ALGARISMO QUE SE REPETE NOS NUMERAIS QUE ESTÃO NA PRIMEIRA LINHA (OBSERVE A SETA VERMELHA).
- FAÇA UM QUADRADO NO NUMERAL 15.
- REGISTRE O NUMERAL QUE VEM ANTES DO 15.
- REGISTRE O NUMERAL QUE VEM DEPOIS DO 15.

DESTAQUE SEU QUADRO NUMÉRICO DO MATERIAL COMPLEMENTAR, PÁGINA 175, E CONSULTE-O SEMPRE QUE NECESSÁRIO.

É possível notar que numa mesma atividade são colocadas 06 (seis) perguntas e comandos diferentes do que deve ser observado e realizado pelas crianças. Observa-se também que, assim como acontece nesta página, na maior parte das atividades encontradas no material há uma grande quantidade de textos em cada página, evidenciando práticas pedagógicas comuns no Ensino Fundamental, como quadro numérico, sequência de números, textos explicativos e/ou em forma de questões a serem respondidas.

Souza, Bastos e Mota (2022) ao discutirem sobre o assunto, apontam sobre

essa prática equivocada de realizar questionamentos a serem respondidos pelas crianças. Ao buscarmos respostas previamente esperadas por parte das crianças, restringimos suas descobertas e expressões. Há uma tendência em explicar, orientar e mediar constantemente as ações infantis, chegando até mesmo a direcionar suas falas e comportamentos, excluindo a possibilidade de as crianças formularem suas próprias interpretações e maneiras de agir ou falar de forma espontânea.

Assim como é ratificado nas DCNEIs, o Currículo Paulista também nos diz sobre a inadequação desse tipo de prática para a Educação Infantil, como o preenchimento de quadros numéricos, sequências de números e grande quantidade de textos a serem lidos, muitos deles descontextualizados. Segundo o documento, a Educação Infantil não deve ser vista como uma preparação para etapas futuras, mas sim como uma fase que valoriza as interações e as brincadeiras como elementos centrais na organização dos tempos e espaços e deve oferecer experiências significativas de aprendizagem, sendo incompatível com atividades fragmentadas e descontextualizadas (São Paulo, 2019).

Ao final da última unidade, há uma proposta de autoavaliação dos alunos (as) (Figura 17), onde a criança deve circular as imagens de acordo com o que já conseguem ou não realizar, envolvendo conteúdos de literacia e numeracia trabalhados no decorrer das unidades.

Figura 17. Atividade “Autoavaliação” (Unidade 6 – Explorar; Volume II).

QUANTAS COISAS VOCÊ APRENDEU NA ESCOLA DURANTE ESTE ANO! NÃO É? VAMOS REFLETIR SOBRE ALGUMAS DESSAS CONQUISTAS. CIRCULE AS CARINHAS QUE MELHOR REPRESENTAM A AUTOAVALIAÇÃO DE SUA APRENDIZAGEM DE ACORDO COM A LEGENDA.

	 JÁ SEI FAZER SOZINHO	 PRECISO DE AJUDA
ESCREVE SEU NOME COMPLETO SEM AUXÍLIO DA FICHA?		
RECONHECE E ESCRVE TODAS AS LETRAS DO ALFABETO?		
RECONHECE E ESCRVE CORRETAMENTE OS NUMERAIS ATÉ 20?		
SABE O NOME DAS FORMAS GEOMÉTRICAS?    		
SABE NOMEAR AS CORES: VERMELHO, AZUL, AMARELO, VERDE, LARANJA E ROXO?		

Percebe-se tanto nas atividades apresentadas ao longo da seção como nessa proposta de avaliação um ensino fragmentado por áreas, em desacordo com as DCNEIs que coloca que a proposta pedagógica deve “garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens” (Brasil, 2010, p. 18). Vemos nas atividades das obras didáticas um ensino direcionado à literacia e numeracia que não se articulam a demais conhecimentos e linguagens. As Diretrizes asseguram ainda “a indivisibilidade das dimensões expressivo motora, afetiva, cognitiva, linguística, ética, estética e sociocultural da criança” (Brasil, 2010, p. 19), o que não acontece nas práticas propostas por esses materiais.

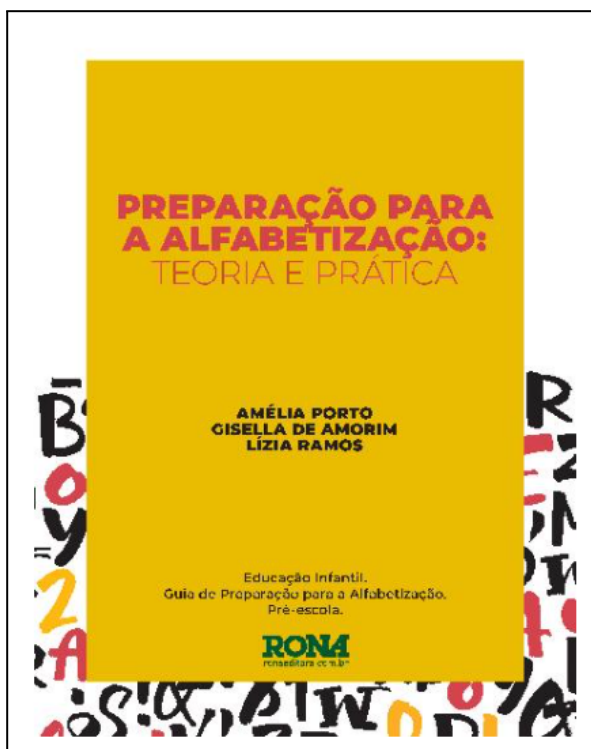
3.2 A obra pedagógica – Guia Orientativo para os professores

Nesta seção continuaremos a análise documental, agora tendo como objeto de estudo a Obra Pedagógica (Guia Orientativo) adotada pelo município de Batatais – SP por meio dos exemplares aprovados e fornecidos pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). Será analisado o Guia Orientativo para uso dos

professores, intitulado “Preparação para alfabetização: teoria e prática”, que foram entregues para as escolas junto às obras didáticas analisadas anteriormente.

Ao acessarmos a página do Guia Digital PNLD 2022 encontramos os 10 (dez) Guias Orientativos que complementam os livros didáticos, cada um de suas respectivas editoras. Ao selecioná-los para leitura, temos acesso a uma resenha completa sobre eles que apresenta os seguintes tópicos: visão geral, descrição, análise e sala de aula. Abaixo, a imagem mostra o Guia selecionado para análise em questão:

Figura 18. Obra pedagógica: Guia Orientativo – Preparação para Alfabetização.



Logo no título, encontramos uma das problemáticas já vistas durante a análise dos livros didáticos. Tanto ele quanto o subtítulo “Educação Infantil – Guia de Preparação para a Alfabetização. Pré-escola”, não deixam dúvidas de que os materiais didáticos e pedagógicos aprovados e distribuídos pelo PNLD são, de fato, preparatórios para o processo de alfabetização na pré-escola, em dissonância as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (DCNEI) e diversas pesquisas da área que refutam a proposta de que esse processo aconteça na pré-escola.

A seguir, serão apresentados os tópicos citados anteriormente, encontrados logo do início da resenha do material. O primeiro deles, “Visão Geral” descreve resumidamente à que a obra se destina e os principais conceitos abordados por ela. Novamente, encontramos como eixos principais a literacia e a numeracia e a informação de que o Guia segue à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Política Nacional de Alfabetização (PNA).

Este Guia de Preparação para Alfabetização em volume único é destinado a promover o planejamento de atividades educativas de preparação para a alfabetização. O Guia aborda os conceitos de Literacia, Literacia Familiar e Numeracia, apresenta fundamentos teóricos e didático-pedagógicos e articula orientações e diretrizes a partir dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e dos componentes essenciais da alfabetização contidos nas diretrizes da Política Nacional de Alfabetização (PNA) (Guia digital PNLD, 2022).

O próximo tópico intitulado “Descrição”, reforça que a obra é um Guia de Preparação para Alfabetização e traz informações de que o material é composto por 72 (setenta e duas) páginas, em volume único, e é destinado “a apoiar o professor no planejamento de atividades educativas preparatórias para a alfabetização abordando conhecimentos de Literacia, Literacia Familiar e Numeracia” (Guia Digital PNLD, 2022). Ainda nessa parte, encontramos a afirmação de que o material está de acordo com as principais normativas para a Educação Infantil. São citados a Política Nacional de Alfabetização (PNA), a BNCC, as Diretrizes, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), além das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial (DCNEE).

No item “Análise”, é colocado que esse material apresenta a importância do ingresso à Educação Infantil e das experiências de aprendizagem do “ler e escrever como fator expressivo para a inclusão e o exercício da cidadania” (Guia Digital PNLD, 2022) e mais uma vez discorre sobre estar alinhada às principais diretrizes. Também diz contemplar abordagens que envolvem a pluralidade social e a diversidade humana.

O último tópico “Sala de Aula”, discorre que o material contém orientações para ajudar o professor no planejamento de suas atividades, levando em conta aspectos voltados ao desenvolvimento integral do sujeito e que existem sugestões de modelos de aulas para serem trabalhadas ao longo do ano letivo, tendo como foco as atividades de alfabetização.

Existem sugestões de modelagem de aulas, facilitando a implementação dos conteúdos relativos à literacia e à numeracia. Estes estão organizados numa tabela e destaca-se que os conteúdos sugeridos devem ser trabalhados

obedecendo a uma abordagem que garanta a ampliação dos temas explorados do primeiro para o segundo ano da pré-escola (Guia Digital PNLD, 2022).

De acordo com os estudos realizados, principalmente envolvendo análise a partir das DCNEIs, ressaltamos que tanto a proposta de “modelagem de aulas” quanto o desenvolvimento de atividades voltadas à literacia e numeracia, mostram-se totalmente inadequadas para a Educação Infantil.

O estudo de Pereira (2023) que analisou outra obra também disponibilizada pelo PNLD (intitulada "Adoletá"), se assemelham às análises aqui realizadas. Concordamos com a autora quando defende que a criança da Educação Infantil deve ser compreendida de maneira integral, com atenção às suas particularidades e experiências, que devem estar no centro do processo educativo. A autora critica as propostas didáticas do material, que transformam as crianças e professores em simples executores de tarefas previamente definidas, como no caso do material didático *Adoletá*, destacando a importância de reconhecer as crianças como sujeitos ativos, criativos e produtores de cultura.

Encerrando aqui a análise do que é apresentado na resenha da obra pedagógica, seguiremos para o estudo do próprio material, também encontrado no Guia Digital.

Logo após a capa, encontramos informações sobre a editora, o ano de publicação (2020 – 1ª Edição) e sobre as 03 (três) autoras responsáveis. Em seguida há a ficha técnica, sumário, apresentação e o início dos capítulos.

Achamos pertinente apresentar por meio do quadro abaixo um panorama dos capítulos, pois seus títulos já revelam, ainda que resumidamente, os tipos de conteúdos encontrados no Guia Orientativo em análise.

Quadro 4. Capítulos do Guia Orientativo – Preparação para Alfabetização.

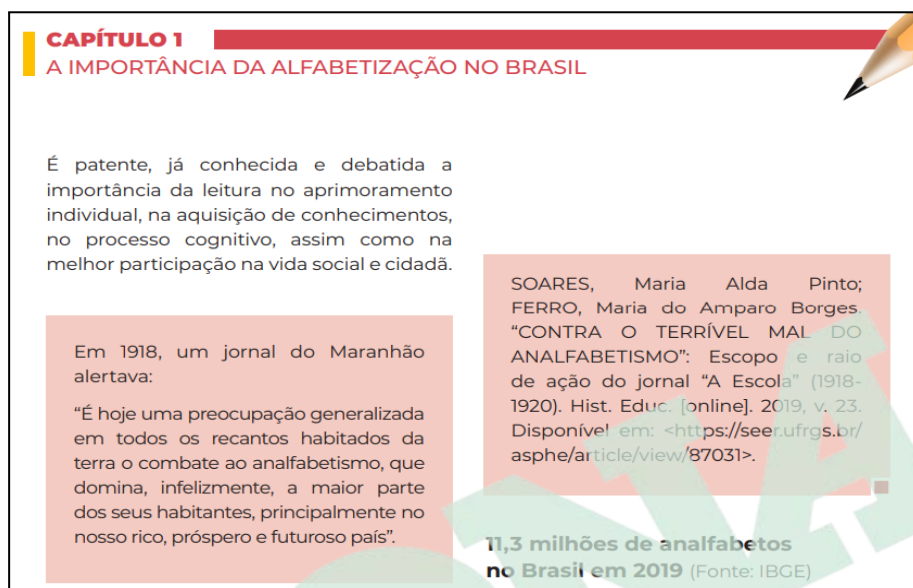
CAPÍTULO 1 A IMPORTÂNCIA DA ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL
CAPÍTULO 2 POR QUE REPENSAR A ALFABETIZAÇÃO, SEGUNDO A POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO (PNA)?
CAPÍTULO 3 ALFABETIZAÇÃO E LITERACIA: ASPECTOS FUNDAMENTAIS
CAPÍTULO 4 LITERACIA: CONHECIMENTOS ESSENCIAIS DE PREPARAÇÃO

PARA A ALFABETIZAÇÃO Consciência fonológica e fonêmica Conhecimento alfabético Compreensão oral de textos O desenvolvimento de vocabulário Escrita emergente e produção de escrita emergente
CAPÍTULO 5 NUMERACIA E PRÉ-ESCOLA
CAPÍTULO 6 NUMERACIA: CONHECIMENTOS ESSENCIAIS DE PREPARAÇÃO PARA A ALFABETIZAÇÃO Números, noções de quantidade e operações Noções espaciais, de direção e medidas Noções de formas geométricas elementares Noções de raciocínio lógico e raciocínio matemático
CAPÍTULO 7 LITERACIA FAMILIAR
CAPÍTULO 8 PLANILHA COM SUGESTÕES DE ATIVIDADES PARA O ANO ESCOLAR
CAPÍTULO 9 AVALIAÇÃO FORMATIVA: ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DAS APRENDIZAGENS NA ALFABETIZAÇÃO

Na introdução, o Guia traz um histórico sobre a Educação Infantil no Brasil, partindo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96), enquanto primeira etapa da Educação Básica. Depois, lista 18 (dezoito) publicações do Governo sobre a EI, dentre delas: A BNCC, os Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil, Política Nacional de Alfabetização (documento norteador), Guia de literacia familiar, Educação Infantil em Jornada de Tempo Integral, Avaliação da Educação Infantil a partir da Avaliação de Contexto, entre outros (Porto; Serrano; Campos, 2020).

Iniciando o Capítulo 1 que trata sobre “A Importância da Alfabetização no Brasil”, encontramos dados sobre as taxas de analfabetismo no país, citações de notícias em jornais abordando o tema e trechos da pesquisa de uma autora que discorre sobre a leitura no Brasil.

Figura 19. Guia Orientativo – Preparação para Alfabetização. Capítulo 1.



Percebe-se o uso de uma linguagem apelativa, principalmente ao colocar notícias de jornais que utilizam termos como “terrível mal do analfabetismo”. A forma com que o assunto é tratado demonstra uma tentativa de justificar a importância do trabalho com a alfabetização objetivando “acabar com esse mal”.

Salientamos que não negligenciamos o alto índice de analfabetismo no país, tampouco desconsideramos que isso seja, de fato, um dos grandes problemas a ser enfrentado pela educação brasileira. Contudo, discordamos de que é preciso antecipar o processo de alfabetização para a pré-escola para que o problema do analfabetismo seja diminuído ou erradicado. Acreditamos que desrespeitar as especificidades do que deve ser vivido na primeira infância não garantirá melhores resultados em problemáticas enfrentadas pelas etapas seguintes.

Mendes e Gomes (2019) afirmam que acreditar na superação das vulnerabilidades sociais e no aumento da qualidade educacional apenas por meio da criação de decretos, que nesse caso desconsidera o conhecimento científico consolidado, pode gerar rupturas e descontinuidade nos avanços já conquistados, contribuindo pouco para a superação efetiva das dificuldades existentes.

O Capítulo 2: “Por que repensar a alfabetização, segundo a Política Nacional de Alfabetização (PNA)?”, aborda novamente questões sobre o analfabetismo no Brasil, agora de forma mais aprofundada, discutindo também sobre o analfabetismo funcional e defendendo, segundo o documento, a necessidade da existência da

PNA “de modo a combater os números relacionados ao analfabetismo e melhorar a qualidade dessa ação” (Porto; Serrano; Campos, 2020, p. 9).

No Capítulo 3, “Alfabetização e Literacia: Aspectos Fundamentais”, encontramos as definições e conceitos a respeito da literacia, inclusive diferenciando-a de alfabetização, além de explicitar o que se propõe ao trabalhar com esses conceitos. Encontra-se também essa discussão relacionada à numeracia, apesar de o título do capítulo sugerir apenas a literacia.

Portanto, o que é proposto quando se fala de literacia e numeracia é que haja o entendimento quanto à abrangência das ferramentas e habilidades que os atos de ler, escrever e contar podem e devem proporcionar. Significa atribuir a essas operações uma qualificação muito mais ampla, que permita aos leitores capacidades de interação, produção e desenvolvimento na vida social (Porto; Serrano; Campos, 2020, p. 11).

Segundo para o Capítulo 4: “Literacia: Conhecimentos essenciais de Preparação para a alfabetização”, logo no primeiro parágrafo é colocado que:

A etapa da educação infantil requer atenção especial no processo de preparação para a alfabetização, ou seja, é uma etapa em que é possível identificar, aprimorar e ampliar as habilidades voltadas à leitura, à escrita e ao cálculo (Porto; Serrano; Campos, 2020, p. 13).

O que reafirma que a preparação para a alfabetização deve acontecer na Educação Infantil, segundo o material e a política seguida por ele (PNA).

Após isso, é colocado um organograma com componentes que são considerados essenciais para a literacia, sendo eles: Consciência fonológica e fonêmica; O desenvolvimento de vocabulário; Escrita emergente e produção de escrita emergente; Conhecimento alfabético e Compreensão oral de textos. A partir desses 5 (cinco) componentes, são descritos “modelos de aulas” e “fichas de atividades” onde trabalha-se cada um deles, partindo da colocação: “E na sala de aula, o que fazer?”. Ao final da descrição de cada aula, há também o que deve ser avaliado pelo(a) professor(a).

Como forma de elucidar essas atividades e avaliações, descreveremos cada uma no quadro a seguir, elaborado pela autora. Segundo o Guia Orientativo, todas as atividades descritas têm como público-alvo alunos da educação infantil (pré-escola).

Quadro 5. Literacia. Aulas e Avaliação do Guia Orientativo – Preparação para a alfabetização.

LITERACIA		
CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA E FONÊMICA		
AULAS	OBJETIVOS	AValiação
AULA 1 – CONSCIÊNCIA DE PALAVRAS	• Reconhecer que as frases são formadas por palavras. • Identificar onde uma palavra começa e onde termina. • Contar a quantidade de palavras de uma frase.	• Compreende o que é uma frase? • Identifica e conta isoladamente as palavras em frases? • Identifica onde uma palavra começa e onde termina?
AULA 2 – CONSCIÊNCIA DE SÍLABAS	• Reconhecer que as palavras são formadas por sílabas. • Contar sílabas de palavras.	• Reconhece que as palavras são formadas por sílabas? • Identifica e conta as sílabas das palavras?
AULA 3 – ALITERAÇÕES	• Identificar sons parecidos ou idênticos, no início das palavras.	• Identifica sons parecidos ou idênticos, no início das palavras? • Interpreta oralmente informações dos títulos e conteúdo dos textos? • Reconhece a estrutura de gêneros textuais como trava-língua?
AULA 4 – RIMAS	• Identificar palavras que rimam.	Não houve proposta de avaliação.
AULA 5 – ANÁLISE DE SONS	• Perceber um som que se repete nas palavras. • Perceber um som em diferentes posições na palavra (se um determinado som está no início, no meio ou no final da palavra). • Isolar o primeiro e o último som das palavras.	• Percebe um som que se repete nas palavras? • Percebe um som em diferentes posições na palavra (se um determinado som está no início, no meio ou no final da palavra)? • Isola o primeiro e o último sons das palavras?
AULA 6 – SÍNTESE DE SONS	• Desenvolver a consciência fonêmica. • Identificar sons ou fonemas que formam as palavras. • Realizar síntese dos sons com vogais orais e consoantes já estudadas.	• Faz análise e síntese dos sons com vogais orais e consoantes já estudadas? • Identifica sons ou fonemas que formam as palavras?

CONHECIMENTO ALFABÉTICO		
AULAS	OBJETIVOS	AValiação
AULA 7 – ENSINANDO OS NOMES DAS LETRAS E SEUS SONS	- Realizar o traçado da letra A em suas apresentações bastão, imprensa e cursiva minúscula e maiúscula. - Identificar figuras com nomes que comecem com a letra A.	- Identifica por nome as letras do alfabeto que já foram trabalhadas? - Associa as letras a sua realização fonológica dominante? - Faz o traçado das letras observando os movimentos corretos da escrita?
COMPREENSÃO ORAL DE TEXTOS		
AULAS	OBJETIVOS	AValiação
AULA 8 – INTERPRETAÇÃO ORAL DE TEXTO, CONVENÇÕES DE ESCRITA E LEITURA COMPARTILHADA	- Acompanhar a leitura de texto e perceber as convenções de escrita. - Ouvir e participar de forma adequada de diferentes momentos de leitura. - Interpretar oralmente informações dos títulos e conteúdo do texto. - Levantar hipóteses sobre gêneros textuais recorrendo a estratégias de observação gráfica e/ou de leitura.	- Percebe as convenções de escrita? - Ouve e participa de forma adequada de diferentes momentos de leitura? - Demonstra estar desenvolvendo o hábito de leitura? - Interpreta oralmente informações dos títulos e conteúdo do texto? - Levanta hipóteses sobre gêneros textuais recorrendo a estratégias de observação gráfica e/ou de leitura.
DESENVOLVIMENTO DE VOCABULÁRIO		
SUGESTÕES DE ATIVIDADES		AValiação
- Apresentação de palavras novas com definições claras contextualizando adequadamente. - Associação de novas palavras a campos semânticos e ao conhecimento prévio da criança. - Completar frases com adjetivos para caracterizar um objeto, oralmente. Exemplo: “A flor é (bonita, cheirosa, amarela)” etc. - Estimular a formação de frases ou pequenos textos, oralmente, a partir de observação de figuras. - Conversar sobre temas diversos para desenvolver a linguagem oral e ampliar o vocabulário. - Propor momentos para cantar (destacamos aqui as cantigas de roda), por meio das quais as crianças podem se expressar, usando a linguagem corporal, dança, interação com os colegas, pronúncia de palavras, noções de ritmo e melodia. - Propor momentos de ouvir e narrar histórias.		- Incorpora ao seu repertório novas palavras, utilizando-as de forma contextualizada? - Classifica figuras de acordo com suas semelhanças e diferenças? - Completa frases com palavras que dão qualidade a um objeto? - Consegue expressar ideias e sentimentos sobre suas vivências e temas variados por meio da linguagem oral? - Participa de brincadeiras cantadas usando linguagem oral, corporal e interagindo com colegas? - Escuta e narra histórias na sequência dos acontecimentos e descrevendo cenários e personagens?

ESCRITA EMERGENTE E PRODUÇÃO DE ESCRITA EMERGENTE	
SUGESTÕES DE ATIVIDADE	AVALIAÇÃO
1. Propor atividades de traçados variados como círculos, linhas e ondas para o desenvolvimento da coordenação motora fina e treino da pega correta no lápis. 2. Realizar atividades variadas para promover o aprendizado do traçado adequado das letras do alfabeto. 3. Desenvolver atividades de desenhos e pinturas com recursos variados: tinta guache, carvão, giz de cera, cola branca ou colorida, modelagens com massinha, pintura com textura etc. 4. Propor situações que contemplem desenhos da figura humana, esquema corporal, família, situações do cotidiano.	• Pega no lápis de maneira adequada? • Utiliza as artes visuais para representar diferentes situações: desenho, pintura, modelagem, colagem, recorte, outras? • Associa as letras à sua realização fonológica dominante? • Traça as letras observando os movimentos corretos da escrita?

O Capítulo 6 “Numeracia: Conhecimentos essenciais de preparação para a alfabetização” traz novamente um organograma parecido com que é apresentado no Capítulo 5, mas agora tratando sobre a numeracia, colocando 9 (nove) componentes essenciais: O desenvolvimento de vocabulário; Noções espaciais, de direção e medidas; Noções de formas geométricas elementares; Noções de raciocínio lógico e raciocínio matemático; Números, noções de quantidade e operações; Escrita emergente e produção de escrita emergente; O conhecimento alfabético e Compreensão oral de textos.

Após uma breve introdução ao assunto, são descritas atividades para cada um desses componentes, assim como feito no capítulo anterior sobre literacia. O público-alvo continua sendo crianças da pré-escola e também apresentaremos essas atividades e propostas de avaliação no quadro a seguir:

Quadro 6. Numeracia. Aulas e Avaliação do Guia Orientativo – Preparação para a alfabetização.

NUMERACIA	
NÚMEROS, NOÇÕES DE QUANTIDADE E OPERAÇÕES	
AULAS	AVALIAÇÃO
AULA 1. CONHECENDO A QUANTIDADES	• Comunica quantidades oralmente, realizando registros não convencionais e/ou notação numérica?
AULA 2. BRINCANDO COM PALITINHOS OU TAMPINHAS E DEDINHOS DAS MÃOS –	

NÚMEROS DE 1 A 5	• Efetua comparação de quantidades? • Associa quantidades às suas representações e estabelece correspondência um a um em uma contagem? • Escreve corretamente os algarismos de 0 a 9? • Identifica a função do zero na representação de ausência de elementos? • Identifica o número que vem antes e o que vem depois de um determinado número até o 9?
AULA 3. CONHECENDO AS REPRESENTAÇÕES NUMÉRICAS: OS NÚMEROS DE 1 A 5	
AULA 4: SEQUÊNCIA NUMÉRICA E ESCRITA CORRETA DE 1 A 5: FAZENDO UM CIRCUITO	
AULA 5. SEQUÊNCIA NUMÉRICA E NOÇÃO DE QUANTIDADE	
IDEIAS DE ADIÇÃO E SUBTRAÇÃO	
AULAS	AVALIAÇÃO
AULA 1. IDEIAS ENVOLVIDAS NA ADIÇÃO – ESTRATÉGIAS DE AÇÃO	• Associa quantidades às suas representações e estabelece correspondência um a um em uma contagem? • Resolve situações-problema que envolvem vocabulário relacionado às ideias de adição e subtração? • Resolve atividades que envolvem as ideias associadas à adição e à subtração?
AULA 2. AMPLIANDO IDEIAS DE ADIÇÃO	
AULA 3. INTRODUZINDO IDEIAS DA SUBTRAÇÃO	
AULA 4. AMPLIANDO IDEIAS DA SUBTRAÇÃO	
NOÇÕES ESPACIAIS, DE DIREÇÃO E MEDIDAS	
SUGESTÕES DE ATIVIDADES	AVALIAÇÃO
1. Localizar pessoas e objetos de acordo com posições que ocupam (dentro/fora, perto/longe, embaixo/em cima/acima; entre/ao lado, atrás/na frente). 2. Comparar objetos quanto ao tamanho (grande/pequeno, alto/baixo, maior/menor). 3. Propor situações reais que permitam a criança desenvolver noções de lateralidade (direita/esquerda). 4. Classificar objetos de acordo com os conceitos trabalhados. 5. Caça ao tesouro – esta atividade pode ser realizada na área de recreação da escola, onde se esconde algum objeto e mediante orientações ou dicas usando conceitos como dentro, fora, esquerda, direita, em cima, embaixo, entre outros, as crianças são desafiadas a encontrar o objeto. 6. Exploração de gravuras: por exemplo, crianças brincando no parquinho da escola, distribuídas em diferentes posições em relação aos brinquedos e colegas, para serem identificadas mediante orientações dadas. 7. Exploração do espaço da sala de aula – nesta atividade, as crianças são “desafiadas a localizar colegas, objetos, móveis dentro da sala, mediante orientações relacionadas aos conceitos a serem trabalhados.	• Localiza objetos e/ou pessoas a partir das informações dadas usando conceitos espaciais como: atrás/à frente; dentro/fora; em cima/embaixo; direita e esquerda, entre outras? • Percebe que a posição de um objeto ou pessoa é sempre dada em relação a outro objeto e ao observador?

NOÇÕES DE FORMAS GEOMÉTRICAS ELEMENTARES	
AULAS	AVALIAÇÃO
AULA 5. EXPLORANDO FORMAS GEOMÉTRICAS	• Percebe que os objetos de seu entorno apresentam formas diferentes? • Reconhece formas geométricas tridimensionais em objetos do seu dia a dia? • Reconhece que objetos de forma arredondada rodam com mais facilidade?
NOÇÕES DE RACIOCÍNIO LÓGICO E RACIOCÍNIO MATEMÁTICO	
AULA 6. FIGURAS PLANAS E SEQUÊNCIA LÓGICA	• Identifica círculo, quadrado e triângulo, nomeando cada uma das figuras? • Completa sequências lógicas usando figuras geométricas planas?

Assim como já percebido durante a análise do material didático, fica ainda mais explícito no Guia Orientativo em análise, enquanto obra pedagógica destinada aos professores, de que o trabalho com as linguagens proposta por esse material se limitam aos conteúdos de literacia e numeracia e são totalmente voltados ao processo de alfabetização, se opondo as Diretrizes Curriculares, a BNCC e contrariando anos de pesquisas voltadas à primeira infância.

Ainda sobre o trabalho com as linguagens, os autores Barbosa, Albuquerque e Fochi (2013) nos dizem que na Educação Infantil, as linguagens não devem ser tratadas de forma isolada, mas sempre relacionadas à criação e à expressão. Segundo eles, é essencial que o educador atue a partir de experiências vividas com as crianças nas diversas linguagens, favorecendo a interação com o mundo e com os outros para que possam deixar marcas, expressar-se e se constituírem como autoras de suas próprias trajetórias.

O trabalho com a literacia e numeracia na pré-escola, assim como proposto pelo PNLD com esse material, em nada possibilitam que as crianças possam criar ou se expressar de forma livre. Não há espaço para relações, criações ou autenticidade enquanto indivíduos. Ao contrário disso, as atividades demonstram rigidez aos conteúdos escolarizantes, sem significado e/ou descontextualizados, com treinos motores repetitivos e atividades mecanizadas, voltadas exclusivamente para alfabetização, dentro de um currículo que exclui as potencialidades da infância.

As crianças devem ser reconhecidas como sujeitos sócio-históricos, integrantes de contextos sociais e portadoras de desejos, ideias e necessidades

próprias. Elas observam o mundo de forma atenta e são capazes de recriá-lo de múltiplas maneiras. Por isso, pensar um currículo voltado à primeira infância exige considerar suas singularidades e potencialidades, inclusive aquelas que são expressadas por linguagens não verbais, como o corpo, o choro, os gestos e, a principal delas, a brincadeira (Barbosa; Albuquerque; Fochi, 2013).

Seguindo para o Capítulo 7 “Literacia Familiar”, o Guia traz a definição desse termo como sendo “um conjunto de práticas e experiências relacionadas com a linguagem, com a leitura e com a escrita, as quais a criança vivencia com seus pais ou cuidadores” (Porto; Serrano; Campos, 2020, p. 59). Neste capítulo, é discutida a necessidade da escola em dialogar com as famílias e os grupos de convivência das crianças.

Nos chama atenção dois questionamentos colocados ao final do capítulo:

Na sua comunidade escolar ou na sua localidade, há projetos que envolvam a leitura e a escrita? Você já participou ou desenvolveu projetos, no espaço escolar, que interagem com as famílias para o desenvolvimento da leitura e da escrita? (Porto; Serrano; Campos, 2020, p. 60).

Observa-se que o foco desse material é tão restrito e limitado à alfabetização, que mesmo quando se pensa no papel da família/comunidade, a centralidade continua sendo sobre esse processo, e não um diálogo para refletir sobre as necessidades da criança, ou para discutir sobre os desafios enfrentados na relação família-escola, mas apenas para reforçar atividades de leitura/escrita.

O Capítulo 8 apresenta uma “Planilha com sugestões de atividades para o ano escolar”. São colocados, agora de forma resumida, os mesmos tipos de conteúdos apresentados nos Capítulos 5 e 6 já explanados anteriormente, com a indicação de que “os conteúdos sugeridos devem ser trabalhados de forma recursiva, obedecendo a uma abordagem que garanta a ampliação dos temas explorados do primeiro para o segundo ano da pré-escola”. (Porto; Serrano; Campos, 2020, p. 61).

Em seu nono e último capítulo, “Avaliação Formativa: Acompanhamento e monitoramento das aprendizagens na alfabetização”, o Guia Orientativo discute acerca dessa temática, trazendo citações de autores sobre o tema, explicações sobre as “fichas avaliativas” colocadas ao final das “modelagens de aulas” e como sugestão, uma outra ficha tendo com referência a BNCC.

Em uma das partes dessa discussão, o Guia diz que:

O processo de alfabetização, fundamental no desenvolvimento das etapas posteriores na educação escolar, não pode prescindir de critérios e métodos que possam ser constantemente avaliados e discutidos com vistas ao seu bom andamento (Porto; Serrano; Campos, 2020, p. 63).

Mais uma vez, encontramos práticas que são claramente opostas às Diretrizes e a demais documentos norteadores para a Educação Infantil, quando coloca que o processo de avaliação dessas práticas têm como objetivo o “bom andamento” do processo de alfabetização, enquanto as Diretrizes nos dizem que “As instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças” (Brasil, 2010, p. 29). Em outras palavras, a avaliação proposta por esse material deixa de considerar a criança como centro, colocando o desempenho do processo de alfabetização nesse lugar.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões tecidas ao longo desta dissertação buscaram responder à seguinte problemática: "O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) e os materiais didáticos por ele disponibilizados atendem ao que está disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI)?". Como caminho para isso, a partir do estudo bibliográfico e análise documental, tivemos como objetivos investigar o PNLD enquanto política pública e sua inserção na Educação Infantil; analisar as obras didáticas disponibilizadas para a Pré-escola em 2022 e a obra pedagógica como Guia Orientativo para uso dos professores, enquanto instrumento orientador do trabalho docente, a fim de entender quais conteúdos foram privilegiados nesses materiais.

Os resultados revelaram que as práticas propostas pelos materiais didáticos e pelas obras pedagógicas do PNLD para a Educação Infantil exigem um produto final – a *alfabetização*. Os objetivos centrais do Programa evidenciam alinhamento com a Política Nacional de Alfabetização (PNA), promovendo a antecipação de conteúdos próprios do Ensino Fundamental e o desenvolvimento de habilidades voltadas para a alfabetização, numa tentativa de resposta aos índices insatisfatórios de alfabetização no país.

A análise documental das atividades propostas nos dois volumes das obras didáticas analisadas mostraram um trabalho voltado apenas para a literacia e numeracia, com atividades baseadas na repetição e memorização, desvinculadas de contextos significativos. Tais práticas pedagógicas, fragmentadas e descontextualizadas, negligenciam os princípios éticos, políticos e estéticos e evidenciam total desacordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (DCNEI). Não há espaço para as interações e brincadeiras, para a criatividade ou experiências. Os modelos de aula, as orientações aos professores e os critérios de avaliação mostraram-se inadequados às legislações vigentes, configurando um retrocesso frente às conquistas em anos de pesquisas envolvendo a primeira infância.

A inserção da Educação Infantil no PNLD, a partir de 2022, carrega consigo uma série de questões ideológicas apresentadas na seção que discutiu a ideologia no livro didático que nos permite entender que propor o desenvolvimento de habilidades como literacia e numeracia, visando antecipar o processo de

alfabetização, é compreender a linguagem em seu sentido utilitarista e produtivista, que esvazia o potencial crítico das práticas pedagógicas, tanto para as crianças quanto para os educadores.

Sobre a criticidade das práticas pedagógicas, é preciso que novas pesquisas analisem se os educadores, gestores e secretarias responsáveis pela Educação Infantil possuem o entendimento do quanto os livros que estão sendo utilizados se afastam das práticas adequadas e de que forma refletem sobre isso.

A pesquisa também nos fez pensar se as famílias e a comunidade escolar têm acesso a essa problemática, não de entender pedagogicamente sobre o currículo, mas de saber os tipos de práticas que suas crianças estão tendo acesso. Se possuem a informação de que seus filhos e filhas, em idade pré-escolar, estão sendo alfabetizados de forma precoce, que seus direitos estão sendo violados e quais os prejuízos causados por isso.

Dado este contexto, enfatizamos a inconformidade de que uma política pública de âmbito nacional, como o PNLD, possa selecionar, avaliar e distribuir materiais didáticos em evidente desacordo com as próprias normativas e diretrizes do Governo. Diante dessa incoerência, torna-se imprescindível que educadores, pesquisadores e formuladores de políticas atuem de forma crítica e engajada na defesa de uma Educação Infantil comprometida com os direitos das crianças, com suas singularidades e com uma formação plena, ética e socialmente responsável à primeira infância.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Maria Carmen Silveira; ALBUQUERQUE, Simone Santos de; FOCHI, Paulo Sergio. **Linguagens e crianças: tecendo uma rede pela educação da infância**. RevistAleph, n. 19, p. 5-23, julho de 2013.

BOITO, Crisliane; BARBOSA, Maria Carmen Silveira; GOBBATO, Carolina. **Livro didático na Educação Infantil: de que docência estamos falando?** UFPR, Curitiba, 2016. Disponível em: http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/Eixo-5_CRISLIANE-BOITO-MARIA-CARMEN-SILVEIRA-BARBOSA-CAROLINA-GOBBATO.pdf. Acesso em: abril de 2024.

BRASIL, Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Programas do Livro**. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro>. Acesso em: 20 de julho de 2023.

BRASIL, Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Dados Estatísticos**. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos>. Acesso em: 22 de abril de 2024.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. **PNA Política Nacional de Alfabetização/Secretaria de Alfabetização**. Brasília: MEC, SEALF, 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Relatório da Pesquisa Alfabetiza Brasil: Diretrizes para uma Política Nacional de Avaliação da Alfabetização das Crianças**. Brasília, DF: Inep, 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996. Brasília. MEC, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**/Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Guia Digital do Plano Nacional do Livro e do Material Didático**. Brasília, 2022.

CALLAI, Helena Copetti. **O livro didático no contexto dos processos de avaliação**. In: Revista OKARA: Geografia em debate, João Pessoa: v. 10, n. 2,

p. 273-290, 2016. Disponível em: <<http://www.okara.ufpb.br/ojs/index.php/okara/article/view/31203/16316>>. Acesso em abril de 2024.

CENPEC. **Entenda os problemas do livro didático para crianças da pré-escola.** 2020. Disponível em: [ps://www.cenpec.org.br/noticias/entenda-os-problemas-do-livro-didatico-para-criancas-da-pre-escola](https://www.cenpec.org.br/noticias/entenda-os-problemas-do-livro-didatico-para-criancas-da-pre-escola). Acesso em dezembro de 2023.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia.** Coleção primeiros passos. São Paulo: Brasiliense, 2008.

COPATTI, Carina; ANDREIS, Adriana Maria; ZUANAZZI, Luzia Cleonir Colla. **Olhares ao Programa Nacional do Livro e do Material Didático: Relações entre estado, mercado editorial e os livros didáticos na escola.** Perspectivas em Políticas Públicas | ISSN: 2236-045X | V. 14 | N. 27 | jan/jul 2021.

FARIA, Ana Lúcia G. de. **A ideologia no Livro Didático.** São Paulo: Cortez, 1996.

FOCHI, Paulo Sergio. **Criança, currículo e campos de experiência: notas reflexivas.** Conjectura: Filos. Educ., Caxias do Sul, RS, 52-72, v. 25, Dossiê, 2020.

FREITAS, Rafael Monteiro de. **A adoção do Livro didático na Educação Infantil: O caso da cidade de Birigui-SP.** Três Lagoas – MG, 2023.

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Ministério da Educação. **Editais PNLD 2022.** Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/consultas/editais-programas-livro/item/13526-edital-pnld-2022>. Acesso em: 19 de julho de 2023.

HÖFLING, Eloísa de Mattos. **Notas para discussão quanto à implementação de programas de governo: em foco o Programa Nacional do Livro Didático.** Campinas, 2000.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** Livro I. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

LANES, Erones; TIMM, Jordana Wruck. **Avaliação na Educação Infantil: que saberes mobilizar?** Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 23, n. 76, p. 469-492, jan./mar. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.7213/1981-416X.23.076.DS19>. Acesso em: 12 de abril de 2025.

MELO, Keity Elen da Silva. et tal. **Uma análise crítica do campo de experiência o eu, o outro e o nós proposto pela BNCC (2017): a ausência da afetividade como uma prática de cuidado para a Educação Infantil.** REAe - Revista de Estudos Aplicados em Educação, v. 5, n. 9, jan./jun. 2020. Disponível em:

https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_estudos_aplicados/article/view/6345/3090. Acesso em: 15 de abril de 2025.

MENDES, Adelma Barros; GOMES, Rosivaldo. **A alfabetização e as condições para alfabetizar**. Revista Brasileira de Alfabetização, Florianópolis, v. 1, n. 10, p. 112-116, jul./dez. 2019.

MINAYO, Marília Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MOURA, Taís Aparecida de. **Repercussões sobre o livro didático para as crianças na Educação Infantil**. Revista Cocar. v. 19, n. 37, p. 1-20, 2023.

Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil. **Carta aberta do MIEIB**. Brasília, 06 de agosto de 2021.

NETA, Joana E. da Silva; COSTA, Maria do Carmo; ARAÚJO, Clarissa Martins de. **O livro didático na Educação Infantil: um olhar sobre os limites e as possibilidades na prática pedagógica em escola da Rede Municipal de Ensino de Recife**. Centro de Educação – UFPE, 2014. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/39399/2407231/NETA%3B+COSTA%3B++ARAÚJO%3B+2014.2.pdf/ee598f93-c083-4f14-85b2-f130731953df>. Acesso em: abril de 2024.

PAULA, Lara Pinheiro de. **Uma análise sobre a utilização do livro didático na Educação Infantil**. Revista Científica UNIFAGOC. Volume I, p. 126-139, 2020.

RABE, Márcia Maria King. **O ensino de ciências na pré-escola a partir da literatura infantil: uma proposta de sequência didática**. Paraná, 2012.

PEREIRA, Meire Luzia de Souza. **Discursos sobre alfabetização na Educação Infantil: Livro Didático PNLD 2022**. Dourado – MS, 2023.

PORTO; Amélia Pereira Batista; SERRANO, Gisella de Amorim; RAMOS, Lízia Maria Porto; **Preparação para a alfabetização: teoria e prática: pré-escola: guia de preparação para a alfabetização**. Belo Horizonte: Rona Editora, 2020.

REIS, Laudeth Alves do. **O ser criança na educação infantil: o desvelar do discurso docente**. Uberaba – MG, 2016.

Resolução CNE/CEB 5/2009. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de dezembro de 2009.

RODRIGUES, Nadja César Ianzer. **Programa Nacional do Livro e do Material Didático: implementação e participação**. Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

ROSA, João Luiz Silva. **Por uma avaliação viva e vivida na Educação Infantil.** Revista Humanidades e Inovação. v. 7, n. 29. Disponível em: https://www.academia.edu/45261752/Por_uma_avaliao%C3%A7%C3%A3o_viva_e_vivida_na_educacao%C3%A7%C3%A3o_infantil. Acesso em: 12 de abril de 2025.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. **Currículo Paulista**, SEDUC/Undime SP. São Paulo: SEDUC/SP, 2019.

SILVA, M. A. **A fetichização do livro didático no Brasil.** Educação & Realidade, v. 37, n. 3, p. 803-821, set 2012.

TEIXEIRA, Rosane de Fátima Batista. **Significados do livro didático na cultura escolar.** Curitiba, 2011. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5550_3648.pdf. Acesso em abril de 2024.

VELÁZQUEZ, Silvanne Ribeiro; ALBUQUERQUE, Simone Santos de. **(Des)caminhos da educação infantil no Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD).** Educação, [S. l.], v. 46, n. 1, p. e 44475, 2023. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/44475>. Acesso em: abril de 2024.

ZACHEU, Aline Aparecida Pereira; CASTRO, Laura Laís de Oliveira. **Dos tempos imperiais ao PNLD: a problemática do livro didático no Brasil.** Jornada do Núcleo de Ensino de Marília, 2015.

Apêndice 1

Síntese da análise de livros didáticos distribuídos para pré-escola em 2022, pelo Programa Nacional do Livro didático – PNLD

Este relatório apresenta os principais resultados de uma pesquisa de mestrado intitulada “O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) para a Pré-escola no ano de 2022: uma análise dos limites e problemas para a Educação Infantil” que teve como objetivo analisar a conformidade dos materiais didáticos disponibilizados pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) em relação às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e demais normativas vigentes.

O estudo foi pensando em razão da recente inserção dos livros didáticos distribuídos pelo PNLD para as escolas de Educação Infantil a partir do ano de 2022, e da preocupação diante de alguns indícios que revelaram a necessidade em avaliar se os materiais selecionados e distribuídos pelo programa respeitam os princípios e fundamentos para essa etapa da educação básica.

Essa investigação foi conduzida por meio de um estudo bibliográfico, com base em autores e documentos que discutem políticas públicas educacionais e aspectos relevantes sobre a Educação Infantil. Também foi realizada uma análise documental, que analisou dois volumes que integram as obras didáticas distribuídas pelo PNLD para a Pré-escola e a obra pedagógica enquanto Guia Orientativo para uso dos professores.

Os principais resultados obtidos após a análise dos materiais serão apresentados no quadro síntese a seguir, em um comparativo entre o que está disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEIs), na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o que foi encontrado nos conteúdos dos livros didáticos analisados pela pesquisa.

O currículo das obras didáticas do PNLD para Pré-escola	O que dispõe as normativas DCNEIs e a BNCC
Foco na alfabetização: Os materiais didáticos enfatizam práticas voltadas à literacia e numeracia, com foco na antecipação do processo de alfabetização, alinhado aos objetivos da Política Nacional de Alfabetização (PNA).	Os documentos apontam para a importância de garantir a continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, de modo que não haja antecipação de conteúdos que serão trabalhados no Ensino Fundamental.
Conteúdos descontextualizados e foco em literacia: As atividades propostas são predominantemente repetitivas, baseadas na memorização e desvinculadas de contextos significativos para as crianças, trabalhando componentes como: consciência fonológica e fonêmica; desenvolvimento de vocabulário; escrita emergente e produção de escrita emergente; conhecimento alfabético e compreensão oral de textos.	Evidenciam a importância de um trabalho pedagógico que envolve diversas linguagens, como a verbal, corporal, musical, visual, entre outras. Essas linguagens, fundamentais na formação da subjetividade humana, se manifestam de diversas formas e devem permitir a expressão, a representação, a comunicação, a interação e o pensamento, além de possibilitarem a apreciação estética e a construção de conhecimentos.
Desrespeito aos direitos fundamentais: Os princípios norteadores da Educação Infantil (interações e brincadeiras) são pouco contemplados nos materiais. As propostas desconsideram as experiências, a criatividade e o protagonismo infantil. Há uma redução dos momentos destinados às brincadeiras, tendo como foco atividades de alfabetização e numeramento.	Garantem que as práticas pedagógicas devem ter como eixos norteadores as interações e as brincadeiras e desenvolver práticas que “promovam o conhecimento de si e do mundo por meio da ampliação de experiências sensoriais, expressivas, corporais que possibilitem movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos da criança” (Brasil, 2010, p. 25).
Inadequação dos processos avaliativos: Avaliação é feita analisando a fase de desenvolvimento da leitura e da escrita proposto pelo material, que classifica o aprendizado da criança nas categorias: pré-alfabética, alfabética parcial e alfabética completa. Avalia-se habilidades (monitoramento do currículo), além de avaliação coletiva; autoavaliação do aluno; registros informais pelo(a) professor(a) (registros de avanços individuais); Registros formais e informais pela família e Monitoramento do desempenho.	Afirmam que as instituições devem elaborar procedimentos para acompanhamento do trabalho sem objetivo de seleção, promoção ou classificação (Brasil, 2010, p. 28). A avaliação proposta pelo material didático tem como foco os resultados obtidos num processo de alfabetização, que precocemente classifica as crianças conforme sua fase de escrita, medindo os resultados do trabalho realizado a partir da literacia e numeracia, em desacordo com as DCNEIs.

Perante o disposto, fica evidente que as práticas pedagógicas em uso nesses livros didáticos, que foram analisadas por esta pesquisa em sua íntegra, mostram-se fragmentadas e descontextualizadas, negligenciam os princípios éticos, políticos e estéticos e evidenciam total desacordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (DCNEI), com a BNCC e diversas pesquisas da área.

Salientamos que a inserção da Educação Infantil para o recebimento dos materiais didáticos do PNLD, sem a devida adequação às Diretrizes Curriculares, representa um risco à qualidade da educação que está sendo oferecida aos sujeitos da primeira infância. A adoção de materiais que não respeitam os fundamentos e os direitos garantidos para essa etapa compromete o desenvolvimento das crianças pequenas, além de constituir um retrocesso frente às conquistas em anos de pesquisas envolvendo a cultura da infância.

Acreditamos que desrespeitar as especificidades do que deve ser vivido na primeira infância, antecipando o processo de alfabetização, não garantirá melhores resultados em problemáticas enfrentadas pelas etapas seguintes, como é o caso dos índices insatisfatórios quanto à alfabetização no país.

É necessário que haja uma mobilização conjunta entre gestores, educadores, pesquisadores e conselhos para garantir que as políticas públicas para a Educação Infantil respeitem os direitos das crianças à educação de qualidade, já garantidos pelas normativas. E, ainda, que a adoção desses materiais seja reavaliada, uma vez que apresentam desacordo às legislações vigentes.